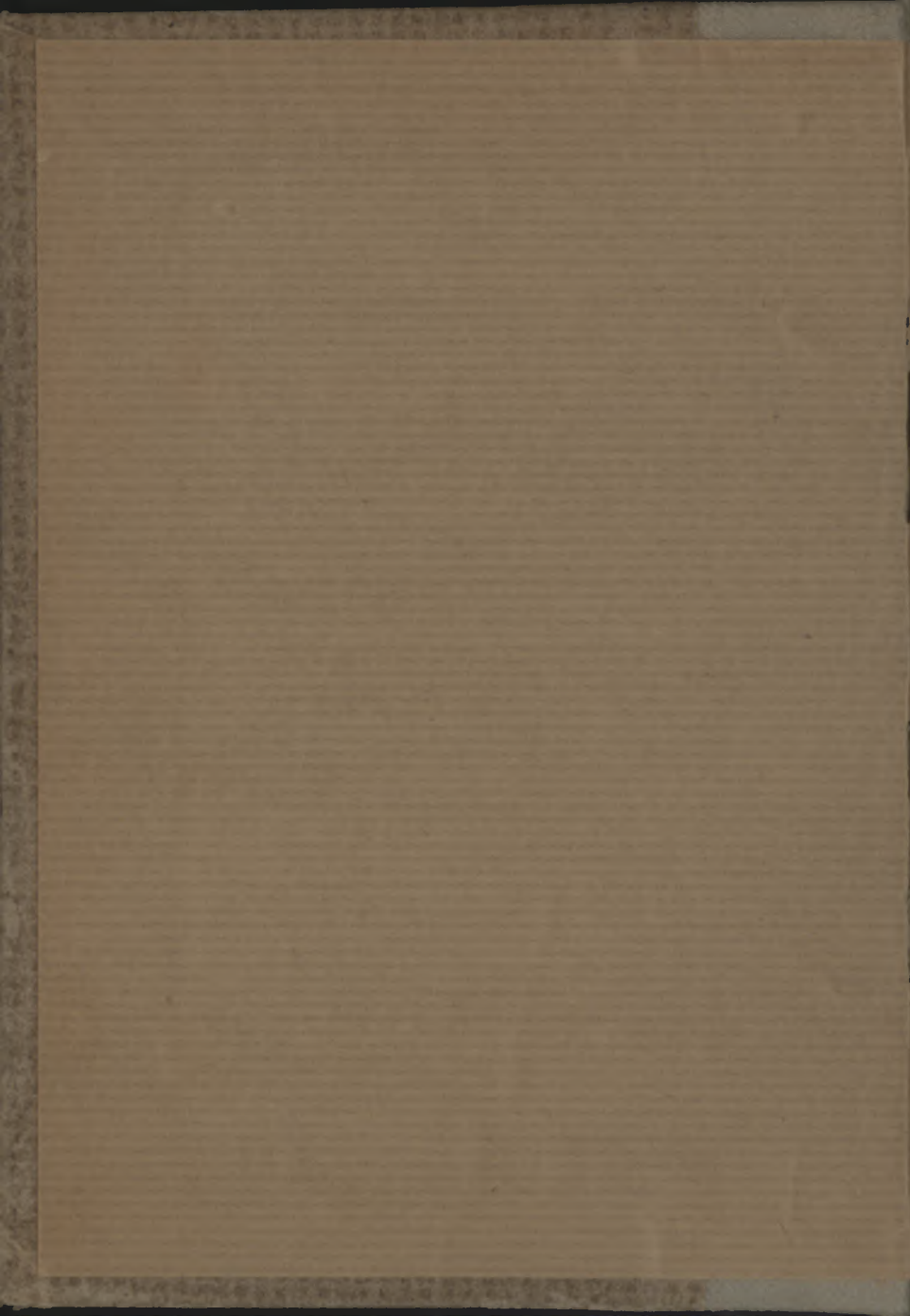


65







478

# A CAMPANHA DO SUL DE ANGOLA

RELATORIO DO GENERAL  
PEREIRA DE EÇA—COM UM  
ESTUDO POLITICO DE JOÃO  
DE CASTRO—E UMA CARTA  
DO GENERAL JOÃO JALLES.



89.  
20.9.65

A CAMPANHA  
DO SUL  
DE ANGOLA

**A CAMPANHA  
DO  
SUL DE ANGOLA**

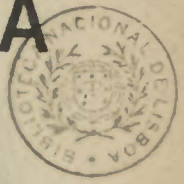
EDITORA  
LIVRO 100  
LISBOA

A CAMPANHIA  
DO  
SUL DE ANGOLA

TIP. LUSITANIA  
Rua do Seculo, 50  
LISBOA - 1923



# A CAMPANHA DO SUL DE ANGOLA



*R.* 81043

RELATORIO DO GENERAL  
PEREIRA DE EÇA—COM UM  
ESTUDO POLITICO DE JOÃO  
DE CASTRO—E UMA CARTA  
DO GENERAL JOÃO JALLES.



A CADEIA  
DO SUL  
DE ANGOLA

RELATORIO DO GENERAL  
PEREIRA DE ECA - COM UM  
ESTUDO POLITICO DE JOAO  
DE CASTRO E UMA CARTA  
DO GENERAL JOAO JALLES





## ANTELÓQUIO

*Rogado e instado para dizer duas palavras preliminares a respeito dêste relatório do general Pereira d'Eça, — relatório que nesta data, com a devida permissão superior, é apresentado á luz da publicidade, — e habituado, como sempre estive, á pontualidade militar, não faltando nunca, nem consentindo faltas, entendi não áever deixar, mais esta vez ainda, de responder á «chamada», apesar de já pertencer á classe dos reformados, e de haver nela ingressado pelo limite da idade.*

*Não é isto prefaciá o «Relatório da Campanha do Sul de Angola, pelo General Pereira de Eça», não só porque será este, decerto, brilhantemente prefaciado por quem tem nome, já de valor, nas letras patrias, mas ainda, por quanto não seria o meu nome, quasi obscuro, que lhe poderia dar ou acrescentar uma partícula sequer de mais brilho ou de mais realce.*

*E' apenas acedêr ao pedido, que me foi feito por quem tinha o direito de exigir de mim mais esta prova de amizade: e, por esse motivo me apresento assim, escudado com a obrigação de não poder a tal eximir-me.*

*A velha amizade, começada nos bancos do Liceu de Setubal, ali talvez pelos 12 ou 13 annos, — e quantos annos são já volvidos na ampulhêta do Tempo! — que nos uniu sempre, e sempre nos acompanhou, indefectivamente, até acabarmos os respectivos cursos da Politécnica e da Escola do Exercito, concluindo então o nosso curso de artilharia, no mesmo dia, e tendo uma classifi-*

cação final, que nos deixou, aos dois, bem juntos um do outro, explica e justifica, perfeitamente, o motivo pelo qual eu tive de aceitar este encargo de escrever, quanto vai ficando escrito.

Na vida militar fomos, durante annos, camaradas de regimento, e quando os acasos da sorte nos afastaram para terras diversas, e até para climas diferentes, não deixámos nunca de ser os amigos de sempre e de sabermos e conlarmos, um ao outro, as fases da vida, e principalmente, as fases difíceis, pedindo por vezes, quando possível, o conselho que a amizade poderia dar.

Conheci-o pois muito intimamente, e por isso sei bem que este relatório não é senão a expressão da verdade; vivida correctamente, tenazmente, com todo o rigoroso cumprimento do dever militar, rigor que elle punha sempre em todos os actos, que a sua profissão — que elle tanto e tanto apreciava e eslimava — lhe determinava: pois para elle, como succedeu com o comando desta expedição militar, que originou a campanha, cujo relatório este é, sempre o dever militar sobrelevava a tudo.

Chamado pelo Ministro, para ser encarregado do comando desta expedição, e perguntado se o aceitaria ou não, (não era por escala que o serviço lhe pertenceria) o general Pereira d'Eça deu, immediata e prontamente, a seguinte resposta:

— "Comandos desta ordem nem se pedem, nem se regeilam, Aceito e marcharei".

Parece-me não ser preciso nem mais uma linha, só que seja, para bem definir o perfil do amigo e do camarada, a quem venho referindo-me.

E esta qualidade de rigoroso cumpridor dos seus deveres militares, tão perfeitamente expressada, não era mais do que a summa de toda a sua vida, pois que eu conservo ainda uma carta dele, respondendo a outra

minha, em que o felicitava pela sua promoção a general, por escolha, em que êle me diz :

“... que nunca tive outro merecimento mais do que procurar cumprir o meu dever, porque todos tem obrigação de cumprir o seu dever”.

Do modo como elle ainda o soube cumprir, no seu elevado posto de general, quando a vida já pede uma certa tolerancia e um inerente descanço, determinados pela idade, falam não só as entrecilhas do proprio relatorio, como os officiaes e mais praças, que o viram sempre no seu posto, sem um desfalecimento e sempre sujeitando-se ás variadas inclemencias, que sobre todos impendiam, e que, infelizmente, foram para elle, a causa primordial das doenças palustres africanas, que, arrancando-o ao convívio dos seus e ao nosso, mais e mais afirmaram ainda, que êle cumprira, bem rigorosamente, o seu dever.

Julgo pois desnecessarias mais palavras para chamar a atenção para um relatorio, por todos os titulos interessantissimo, e cuja leitura será certamente mais elucidativa do que tudo quanto eu aqui procurasse pôr em relêvo : e este, como que, precambulo, é, repito-o, a consequencia dos instantes pedidos da sua extremosa viuva e das suas dedicadissimas e mui estimaveis filhas, que de mim exigiram mais esta prova do valor da amizade, que sempre nos uniu durante a vida ; vida que foi para êle mais breve, pois já ha talvez quatro annos, que nos deixou, saudosos da sua companhia, da sua vivacidade e da sua sensata experiencia, e que me permitiu a mim, hoje, já passante dos setenta annos, poder ainda dizer-lhe, como se presente estivesse : “Na verdade, Eça, foi de primeira qualidade a nossa aprendizagem no regimento de artilharia n.º 1, durante o tempo em que fomos officiaes subalternos porque ali aprendemos a bem cumprir todos os deveres militares, para podêmos de-

*pois exigir dos nossos subordinados esse mesmo exacto cumprimento do Dever!"*

*Poderão, talvez, os novos imaginarem que ha nisto a caturrice do velho, que sómente acha boas as coisas do seu tempo!*

*Mas, se tal succeder, que o perguntem aos que não teem ainda tanta idade como eu, mas que serviram naquelle mesmo regimento comnosco, tambem em tempos menos antigos, e esses, com certeza, lhes affirmarão que era essa a jama daquele regimento!*

*Mas como o tempo passa!*

*Parece-me — estou como que a ouvil-o, — estar ainda na sala dos officiaes do regimento a ouvil-o, distinctamente, dizer :*

*— "Ainda os meus camaradinhas andavam no latin; e já nós por cá andavamos, no servicinho, a dar o corpo ao manifesto!!"*

*Eia esta uma frase muito sua, para lhes afirmar, aos novéis officiaes, que ainda lhes faltava muita practica e tinham muito que aprender a respeito do serviço militar!*

*Ainda começámos o serviço de guarnição em Belém; e depois é que o regimento foi transferido para Lisboa: e por isso era elle já velho quando se partiu do mundo, e eu sou mais velho, porque ainda por cá estou a preencher a medida, que a Morte, segundo a sorte de cada qual, ainda não rasôirou, para, de uma vez para sempre, me gritar o nome na "chamada" final.*

*Será então esse o ultimo "pronto" que eu poderei dizer (?), pois assim é costume responder-se, quando se fazem chamadas militares.*

*E como "les morts vont vite", — faz hoje exactamente 4 annos, que elle faleceu — e este relatorio não é prefaciado por um official, por um seu camarada do exercito, eu, encarregando-me de escrever quanto aí fica dito, tive tambem em vista o evitar, que se julgasse que*



não houvera quem lhe quizesse prestar tal homenagem!

Não me sotria o animo que houvesse alguém, que tal pudesse imaginar!

Outras foram as circumstancias determinantes: e, na minha actual insignificancia, aqui venho eu pois, como militar, fazer ainda esta apresentação do referido relatorio.

Sem valôr algum literario, mas exacta e verdadeira, e firmada na nossa velha amizade, ahi fica pois a apresentação, como preito: ás suas excelentes qualidades de soldado, ao seu rigorismo no cumprimento dos devêres militares, á sua inteligente e ponderada resolução, e tambem ao muito apreço e valia que, durante a vida, sempre deu á nossa velha amizade que, para mim, tem tanto e ial valimento, que ainda continúa a mandar, mesmo depois da morte daquele, que foi nosso bom e lial amigo.

6 de Novembro de 1921

João Jalles

GENERAL.



A POLITICA DA GUERRA  
E O GENERAL  
PEREIRA DE EÇA



Há acontecimentos e figuras na historia de um país que parecem surgir fora da ambiencia do momento para marcar a continuidade do verdadeiro espirito da nação e o que ele faria se tivesse podido manifestar-se integralmente. Isolados acontecimentos isoladas figuras.

As intimas possibilidades de acção de uma raça são sempre as mesmas enquanto não morre definitivamente. A meio de uma decadencia há poetas, politicos, militares, tão grandes como os do esplendor. Simplesmente falta um chefe, genio criador, que faz as épocas iniciadoras e mais fortes, ou um espirito de conjunto mais numeroso, harmonico e disciplinador, que faz as épocas tradicionalistas. E por faltarem estes elementos (um ou outro) o fundo da Raça, as qualidades e o espirito da nação, que não diminuem, que não se enfraquecem, ficam no entanto sujeitos a toda a superficialidade estúpida ou miserável que os espesinham e escondem.

Sob a camada de sofrimentos e desesperos com que a Pátria se defende do mal, a mesma alma continua, esplendida mas silenciosa.

Uma anciedade formidável vibra nestes momentos na nação. Uma anciedade que não é feita só das afrontas, dos insultos, das mutilações, mas parece vir da sua propria força. É a anciedade da força que se mantem mas não pode expandir-se, não pode progredir nem criar e vem a sentir-se a si propria com a maior de todas as suas dores. Porque, se na sequencia da historia de uma nação não há interrupções, pode já havê-las na progressão da sua alma. Há momentos historicos que a ajudam; há momentos historicos que a im-

pedem Nenhum deles é falso ou desprezível. São as tentativas de adaptação da vida nacional exterior à progressão necessária da sua alma.

Mas se essa alma não aneia por mais, no esplendor de uma época realísada, a nação estagna e só fica esperando o embate de uma civilisação nova para morrer. Mas se essa alma não sofre da anciedade forte quando pesam sobre ela a incapacidade do momento e a incapacidade dos homens a nação morreu.

Essa anciedade da força é o sinal mais íntimo da sua vitalidade. O que se satisfaz morre. Essa dôr, mais terrível que todas as dores, é o sinal da continuidade e da resurreição.

Portugal, dominado por um momento miserável, sofre mais dessa anciedade da força do que de todas as dôres e insultos exteriores. É a sua diferença de tantas nações mortas, quer estejam na desgraça ou no poderio.

Talvez seja no mundo, hoje, a sua, a maior anciedade.

Ela apaga-lhe mesmo os martirios exteriores. E no entanto que imensos eles são. A mediocridade, a incapacidade e a infamia entreteem-se a calcar bem no fundo do corpo chaguento de martirios a alma formidável. Ela sente-se escarnecida, amesquinhada, quasi odiada, por aqueles mesmos que fingem dirigi-la. E esta dôr de sentir-se em si propria incompreendida e atraçoada é apenas uma dôr entre todas as dôres.

No entanto invencível a alma profunda continúa esperando a redenção. E é ela que ergue para fora do ambiente, para fora da inferioridade, acontecimentos e figuras que exteriorisam a continuidade da sua força e as possibilidades da redenção.

Embora este sofrimento do dualismo da vida nacional venha de longe, desde que o governo tradicional estagnou num obstaculo à livre expansão dos novos valores da raça, desde que foi necessária a reacção

revolucionária, e embora tenha acompanhado toda esta com o liberalismo ou com a Republica que se arrastaram na ineapacidade de eriar um governo nacional, e na fatalidade de tentativas sempre incompletas do renovo de civilização que em nós se devia dar, nunea o sofrimento, nunea o contraste foi maior do que na fase da guerra.

Talvez pela complexidade e grandeza dos acontecimentos internacionais, mas, principalmente, porque nunea essa alma desejou com mais força a sua organização numa formula de acção, porque nunea essa alma esteve mais genialmente preparada para a realização interior. Uma luta de civilizações (que continúa, de resto, igualmente terrível) e uma força inicial de civilização nova precipitando-se num desejo violento de se realizar, eis o momento terrível e grande que atravessámos. Perante a exteriorização violenta que nessa luta contínua representa uma guerra, o sofrimento foi maior, maior a ineapacidade e maior a reacção das figuras isoladas, das forças dispersas que uma vida normal não levanta.

Nunea isto se viu melhor do que na guerra alemã, em que todas as civilizações e todas as raças foram postas em contacto com a civilização que quiz e conduziu a guerra para serem vencidas ou vencerem, para se conservarem no adquirido ou despertarem novas energias.

A nossa alma imensa, proxima da sua maxima realização, com valores novos já manifestados, com um desejo imenso de resistir e appareer por sua vez, estava colocada em faee de grandes possibilidades.

O momento de realização ainda não ehegara, o momento era mesmo doloroso e incerto, colocado entre os grandes precursores e os grandes realizadores ainda não apparecidos, mas uma consciencia inteligente poderia, apenas com a resisteneia bem conduzida, ter oferecido ao momento futuro vantagens morais e mate-

riais muito grandes. Mesmo sem a grande renovação criadora, a raça poderia ter tido um momento maravilhoso,

Aqueles que lutavam incoerentemente para a renovar noutras formas de acção e aqueles que mantinham a nobresa da tradição anterior poderiam ter representado a resistencia tanto à civilização conquistadora como áquelas que contra ela lutaram e com as quais iríamos ao combate, mas sem submissão de alma.

O momento criador teria vindo depois porque não era absolutamente necessário que ele assentasse no odio de incapacidades que falliam.

O momento de resistencia poderia quasi ter sido um inicio. E se a raça perdeu um momento, os que não o souberam aproveitar perderam-se a si irremediavelmente.

A guerra alemã oferecia-nos grandes possibilidades. Em vez de isso intellectuais e politicos sujeitaram-nos a um ridiculo idealismo chamado o idealismo dos aliados, e, peor ainda, a uma civilização latina que nos afoga ou a um covardismo de decadencia que queria afastar-nos da luta.

Os governantes porém, mais criminosos, só viram ante nós um jogo de medo em que o ganho era ficar com o vencedor para não ser expoliado. Quem vaé assim para a luta arrisca-se (depois de cometer fatalmente todos os crimes e fraquezas) a ser expoliado por um e por outro. E se não aconteceu isso devemos-lo à resistencia infinita da nossa Raça, ao seu entusiasmo e misticismo, e a algumas figuras isoladas, intellectuais ou militares, que representaram essa reacção da raça.

Tudo falhou como possibilidades de organização e progresso politico, mas a alma da raça mostrou, em acontecimentos formidáveis de heroismo e em algumas figuras, que as suas qualidades eram maiores do que nunca, e o que poderia ter sido feito. Mas com



isto mostrou também o crime da incompetência e da má fé dos que nos governaram.

Do heroísmo daqueles que pela Pátria lutaram e sofreram já não é preciso fazer o elogio. Basta dizer que ele foi como sempre é em Portugal. O heroísmo é em nós latente e continuo. O elemento mais fundo da nossa alma, de toda a raça, é o heroísmo. Somos essencialmente feitos de heroísmo como outras raças de razão ou de vontade.

Em face do acontecimento formidável, a raça continuou a sua heroicidade. Mas ao heroísmo de uma nação que mal dirigida e podendo excusar-se à luta a quer e realisa no entanto, o que correspondia nos seus chefes de qualquer qualidade? O que correspondia ao heroísmo dos homens que morreram ou venceram em todos os campos de batalha? Quem soube no governo querer a guerra, quem soube onde ela devia fazer-se, quem teve a coragem de a fazer completamente, intensamente, ou de não a fazer? Quem escolheu o campo de batalha a que devíamos ir? Uns optaram pela Africa sem se atreverem a considerar isso uma forma de luta (e que enorme) contra a Alemanha, e de a ter feito completa, não de defesa humilde mas de conquista, de forma a pesar no nosso destino. Outros quizeram a guerra da Europa, mas como uma representação, «a honra de um lugar na luta contra os barbaros» sujeitando-nos moral e materialmente a outras civilizações não mais afins da nossa do que aquela que combatíamos. Quizeram a luta na Europa, mas sem a coragem de intensidade na participação da nação nessa luta, e sem a escolha do campo de acção, em que autonomamente podessemos ter marcado quanto as nossas qualidades o exigiam.

Guerra mal conduzida e covardemente determinada, sem a desculpa de um sentimento de poupar energias e vidas. Pois não será mais doloroso e mais trágico fazer morrer alguns homens para representa-

rem a consciencia da Raça do que entrar com todo o povo na luta e lançar todas as dôres e todas as forças à conquista de um fim grandioso?

O heroismo dos que se bateram foi um heroismo de sacrificio porque não viam as forças todas da nação na guerra que combatiam. Sacrificaram-se representando heroicamente a Pátria que os governantes não sabiam ou não queriam levar inteiramente à luta que combatiam.

A dôr de combater inutilmente ou sem apoio da nação inteira é a maior de todas. Quaesquer outros soldados teriam fugido ao sacrificio. Os Portuguezes foram e souberam sofrer, e saber sofrer é tão nobre, tão necessário como saber vencer.

A raça mostrou-se mais nobre porque menos condições lhe davam de luta e resistencia. O que houve de grande foi directamente saído do fundo da raça, numa inconsciencia sublime.

Por isso os heroes, os sacrificados, os que sofreram e lutaram pelo pensamento ou o sangue saíram de todas as correntes moraes ou politicas, de todas as gerações, de todos os desejos. Sem direcção, porém, não poudes esta nobreza salvar o momento, fazer dele a resistencia nacional e a renovação inicial que poderia ter sido feita.

Da guerra surgem alguns heroes individuais maravilhosos, alguns nomes que vincam a continuidade do espirito da raça, e o heroismo colectivo imenso e sempre igual dos soldados.

Um unico acontecimento de conjunto e uma unica figura de acção completa saíram desta guerra. Mas não bastará isso para, com os sintomas geraes de heroismo e anciedade, marcar o momento que sofremos, a grandeza da alma, e as incapacidades que anularam a acção de que ela era capaz?

Uma grande figura de acção, uma grande acção-realizada, bastam para indicar a grandeza da raça e a

grandeza do momento e a possibilidade de outra realização. Nelas e no entusiasmo e sofrimento de algumas almas o fundo da raça apareceu eterno. Mas se esse sofrimento continúa na sua acção necessária e benéfica os mesmos criminosos e a mesma indiferença derivada do cansaço e da dôr, tem afogado essa acção e a figura que a conduziu. E levantar a uma e outra é salvar o que de bom fica do momento anterior à criação, tomar consciencia de qualidades que mantemos em face das condições actuais da vida social.

E' ao mesmo tempo renovarmos a nossa fé na grandeza do que foi realizado e prestarmos culto ao esforço vencedor e nele a todo o heroísmo e a todo o sacrificio que levámos a esta guerra.

É também, reflexamente, condenar a incapacidade e o crime que desorganizam a nossa vida social, que não auxiliaram a eclosão dos novos valores, que não prepararam o campo para a futura acção destes, e que começam agora a fazer mais, a pesar sobre a nação como um impedimento à renovação, combatendo inconscientemente ou malevolamente o que dele já se manifesta.

Mas acima de tudo é sentir um momento grande da raça.

Não é preciso para mostrar o General Pereira de Eça, o unico chefe de acção que tivemos durante a guerra alemã, dizer a sua vida.

Há homens de que a vida toda marca, nos seus gestos mais pequenos, e sempre, por ser uma constante criação, um constante sobrepôr, em ideias ou acções, da sua personalidade sobre a vida.

Outros homens há que acumulam qualidades e esforço e sonhos ou que resguardam orgulhosamente aquelas com que nasceram até que a vida os desperta ou se oferece aos seus valores particulares. Não criam

a vida mas ella não annulla as qualidades com que nasceram, ou as aumenta, mesmo. E um momento há em que a vida os desperta ou se oferece ao seu dominio e á sua criação.

Os acontecimentos não os dominam; criam-nos para por elles serem dominados e conduzidos.

Há homens que criam os acontecimentos e homens por elles criados ou despertados. Mas só os inferiores são por elles dominados e conduzidos.

Dos homens superiores que marcam no movimento da nação, uns criam inteiramente a vida que a anima, outros são por ella criados para a dominarem e dirigirem um momento. Destes homens foi o General Pereira de Eça.

A sua vida anterior ao momento realisador só tem importancia como preparação da energia e das qualidades com que havia de realisar-se.

O brilhantismo e as qualidades superiores que mostra na sua vida anterior tem menos importancia immediata do que na preparação do seu futuro.

São ellas que lhe ensinam e corrigem as qualidades inatas.

É o governo de Lourenço Marques, feito com uma competencia administrativa e uma disciplina e um espirito nacional, raros e seguros. É a campanha de Gaza, em que Mousinho de Albuquerque — outro grande mas prejudicado pelo ambiente, pelos governantes, e pela sua propria impotencia em se domar a um fim futuro e mesmo de o conceber — organisador e heroe, lhe entrega um dos serviços mais ariscados e delicados. E' enfim o comando efectivo, continuamente exercido, onde tantas qualidades de disciplinada acção se costumam criar. Nele pode já mostrar a sua autoridade de iniciativa e violento dominio quando toma por suas mãos o governo militar do Minho e proclama o estado de sitio em Viana do Castelo, frustrando assim as tentativas de incursão ar-

mada na fronteira de Portugal e salvando a Republica que não era nesse momento o regimen, tão equal ao outro, mas o governo de uma Nação defendendo-se de um ataque preparado e armado no estrangeiro.

Tudo isto porém não passava de preparação para um momento que devia chegar, e primeiras e incertas manifestações de uma grande energia. A sua função nacional vai iniciar-se com o momento grave e forte em que o mundo viveu a guerra alemã.

Chamado a participar do Governo, por um acaso providencial da raça, era o General Pereira de Eça ministro da guerra quando a luta se mudou na guerra dos campos de batalha. Homem de acção, envolvido pela politica e num momento nacional que não tinha capacidade e valor, se bem que cheio de aspirações e energias, havia de ser ele o unico a ver clara e nacionalmente o problema do nosso futuro no embate de uma civilisação que tentava o dominio e de outras civilisações que resistiam pelas suas tradições ou aspirações.

A verdade incontestável é que a politica portugueza não viu claro e falhou em face da guerra. O seu primeiro gesto, mesmo, é já um erro e um erro tão grave que iria jungir toda a nossa acção ao assentimento de uma potencia estrangeira.

Uma declaração de aliança e de tacita obediencia a uma politica estrangeira, tirava-nos imediatamente todas as vantagens de força que poderia fazer-se valer para prestar o seu auxilio sem nos dar a vantagem de uma politica de guerra imediata. Jungia-nos á politica inglêsa e sem nenhuma vantagem.

Em face de um conflito que os politicos tinham obrigação de prevêr formidavel, mas encarar sem covardias, fizeram a unica coisa que nunca deveria ter sido feita! Viram duas grandes forças em luta e covardemente apoiaram-se a uma delas para vencer com ela, mas, com uma covardia ainda maior, entregaram-se a essa

força, que temiam mais imediatamente, sem conseguirem, nem mesmo imaginarem, discutir as vantagens que devíamos ter exigido em troca desse apoio.

Apoio formidável, já pela nossa posição como base naval, e pela luta colonial, já por permitir a concentração de forças num só campo de batalha. Porque não se negociou, antes de oferecer um apoio, com a Espanha, mostrando aos aliados o perigo de um bloco ocidental, inclinando-se para um ou outro lado? Isto, que ninguém viu então, revela bem a incompetência política dos governantes dos dois países. A Espanha teria retirado da luta vantagens formidáveis em Marrocos, Portugal um prestígio formidável, e o alargamento natural das suas colónias.

Mas ambos os países andaram destrambelhadamente, á ventura, ante os acontecimentos que os dominavam.

Mas, mesmo dentro de uma política isolada na Europa, mesmo, ainda, dentro de uma política, desde o início presa á causa dos aliados, nunca o caminho a seguir seria o seguido.

Supondo que essa era a única política internacional possível ao país, tres caminhos havia a seguir. O único grande, era entrar na luta isoladamente, como uma civilização diferente dessa latina que defendia a sua tradição, dessa anglo-saxonica que defendia o seu poderio, como um grupo de forças, de nações á parte, que ás outras se juntavam por livre aliança contra uma força que tentava a hegemonia. Teria sido uma política de imediata aproximação com o Brasil, a criação de uma força propria das duas nações e seus dominios, uma política internacional ao mesmo tempo de colaboração absoluta entre os dois países e de absoluta independência em face de qualquer outro. Teria sido o grande início de uma força lusitana e uma libertação de civilização e política, que tem de fazer-se para termos razão de viver. Ao contrario a política internacio-

nal de Portugal e a política internacional do Brasil falharam e perderam o momento, que poderia ter-nos apressado a evolução.

Se houver coragem para pensar a verdade, que diremos da colaboração de Portugal e da colaboração do Brasil nesta guerra? Um desperdício de forças que vieram juntar-se sem vantagens próprias a outras forças, que lutavam por um fim próprio. Que retirou da guerra Portugal? Que retirou da guerra o Brasil? Démos sangue, dinheiro, esforço, alma, anciedade, e lutámos para conseguir o fim dos outros, não soube-mos querer o nosso fim.

Teremos sido arrastados por essa falsa e reles ideologia da luta pela liberdade e pela fraternidade dos povos? Nem isso, na verdade! Porque, fóra meia duzia de retóricos, que não combateu, e meia duzia de místicos que foi heroica, todo o povo de Portugal, todo o soldado de Portugal se bateu por Portugal!

Não combatemos para não haver mais guerras, combatemos lembrando as glórias heroica de Portugal. O espirito do soldado português era apenas aneio e sonho nacional. Quem nos arrastou, pois, incoerentemente, senão a miséria política, incompetente e fraca?

Defendemo-nos, é certo, contra uma tentativa de hegemonia. Mas mesmo essa defeza terá sido bem conduzida? Supondo que só essa possibilidade de acção tínhamos no momento internacional, tê-la-hemos conduzido como devíamos? Infelizmente ela foi conduzida da peor das maneiras.

Os outros dois caminhos a seguir indicavam a maneira de o fazer: — ou nos mantínhamos numa neutralidade livre de todo o compromisso, ou aceitávamos a guerra imediata.

Mas nunca uma situação que tinha os defeitos das duas soluções, sem as vantagens de qualquer delas. Uma política de neutralidade que jogasse com um apoio possível, que oferecesse sem dar, não era possi-

vel? Aceitassemos uma imediata situação de guerra. Nunca uma politica de neutralidade como a da Espanha, má para ela, nefasta para nós; nunca a politica de hesitação e de adscrição que tivemos e que seria nefasta para qualquer.

Era de resto para a guerra clara e franca que nos conduzia a nossa situação colonial, como os factos imediatos se encarregaram de demonstrar, com os ataques alemães em Africa.

Era portanto, a guerra e com ela uma politica de luta e de sacrificio o que tinha de fazer-se.

Encerrados numa unica possibilidade, poderíamos ainda ter conduzido com vantagens uma guerra, que parecia feita para nos salvar e elevar.

Mas a politica portugueza, ou fazia declarações que nos fechavam cada vez mais o campo de acção ou, por simples covardia, contrariava a guerra. Chegou-se a esta miseria: quem estava no Governo, por fatalidade da propria politica iniciada, era pela guerra, quem estava na opposição era contra a guerra!

Dentro disto o Governo fingia conduzir-nos internacionalmente, mas pelos seus erros e declarações nós passavamos a ser uma coisa que se oferece e de que os outros se aproveitam,

Alguem surgiu para nos poupar essa vergonha, alguem para nos impôr uma politica de guerra, desde que juntavamos o nosso destino ao dos aliados.

Esse character, que não admitiu a maior miseria que tentaram impor-nos, fazendo-nos comparticipar em armas, em esforço material, em comprometimento, sem comparticiparmos como Nação, como se isto fôra uma dependencia sem vontade e sem heroismo de outra nação real, foi o General Pereira d'Eça.

Bastaria isto para que a sua figura destacasse, grande e nobre, entre os que resguardaram a nobreza do nosso sangue e da nacionalidade, nos momentos mais dificeis.



Bastaria essa afirmação gloriosa: de que nem uma única munição iria sem os homens para a gastar!

E' o heroismo profundo da raça, vivendo numa alma de militar, a unica coisa que vê claro e nitido no meio de tanta miseria. Por ela reafirmavamos-nos como nação absolutamente livre e consciente, por ela sacrificavamos o nosso sangue para maior gloria da nossa alma.

Se estas afirmações não são historia, eu sei, no entanto, que ela as confirmará e provará absolutamente.

Foi o General Pereira de Eça quem obrigou á luta um Governo, que não sabia qual o destino da nação. Foi ele que por uma intuição do seu heroismo de militar deu uma direcção aos politicos indecisos ou incompetentes.

E é ainda o General Pereira d'Eça quem dá um impulso immediato á ideia nacional, começando a reorganisar o exercito, apetrechando-o, disciplinando-o, pondo-o em contacto com os outros aliados por meio de missões militares trocadas entre os exercitos combatentes.

O esforço que mais tarde se devia realizar é ele que o prepara, é ele que o inicia!

Desgraçadamente, a reacção da miseria cresceu immediata. Com responsabilidades deste ou daquele? Não! Com responsabilidades de todos. Onde está a facção politica que possa livrar-se de responsabilidades?

A primeira reacção contra a politica da guerra, como ela devia ser feita, não nasce do pronunciamento politico da facção denominada democratica? Esse pronunciamento parlamentar derrubando o General Pereira de Eça imediatamente lhe contraria a obra. Acabam as missões militares; as munições, o armamento, começa a ir sem soldados; a miseria volta, num apagamento da consciencia nacional.

Dá-se outro pronunciamento, este de elementos denominados conservadores. E o mesmo descalabro continúa. Se este movimento não foi feito contra a poli-

tica da guerra já aniquilada, como os democraticos quizeram fazer acreditar, continuou e aumentou no entanto a miseria politica e internacional em que se tinha caído. Eramos um país esperando o triunfo dos outros e dando-nos sem vontade nem pensamento.

E a miseria vai tão longe que o país atacado nas suas colonias, parte integrante do seu territorio, uno e indivisivel, conserva se em paz como nação. O país em guerra, e guerra sangrenta com sofrimento e dôr nos territorios de alem mar nem sequer protege o sacrificio dos que lutavam declarando uma guerra que estava já a realizar-se! E no entanto, essa propria guerra de Africa nos oferecia todas as probabilidades da nossa maior acção. A guerra declarada, a nação armada e lançada na luta, o nosso primeiro fim immediato e claro seria a invasão das colonias alemãs, a luta para a integridade do nosso territorio colonial e o seu possível alargamento.

Como fazer essa guerra, tal como devia ser feita, com forças numerosas e a invasão dos territorios inimigos sem a declaração de guerra á Alemanha? Como se explica que nós, atacados no nosso territorio, fingissemos desconhecer os factos? Como se pode explicar que mandassemos forças e atacassemos sem essa politica de guerra?

Era como sempre o erro do meio comprometimento, da sujeição a conselhos e politicas exteriores. E não viamos que nos conduziam exactamente á limitação do nosso esforço colonial!

Demoveram-nos para que a Africa do Sul ocupasse o territorio que por nós podia ser ocupado. Mais tarde poderiamos entrar na guerra quando nada podessemos reclamar nas colonias, Seria então tempo de dar o nosso esforço á causa dos outros. E a reacção que se fez contra este estado politico de coisas, aproveitando-se da guerra como estandarte não compreendeu que a acção era aqui o pretexto de guerra este, e não a ne-

cessidade que outra nação tinha dos navios que depois arrestámos.

A acção já era tardia mas ainda podia ter sido tentada. No entanto em face da guerra os politicos apenas mostravam a sua nulidade.

A tristeza da nossa situação era esta: tínhamos a guerra e a revolta do gentio nas colonias, tínhamos a incompetencia na metropole.

Os alemães atacavam-nos em Africa, nós mantinhamo-nos em paz com elles e deixavamos sacrificar os nossos melhores officiaes e soldados numa guerra ingloria sem apoio politico, sem fim internacional. Sacrificio apenas e heroismo!

A campanha de Angola desauxiliada dos Governos, politica e materialmente, sacrificara a gloria, o valor militar tão grande, e o nome de um dos primeiros commandantes das nossas guerras coloniais, e com ele o sangue dos seus soldados.

Alves Roçadas, um dos reaes valores e uma das grandes glorias da nossa acção colonial, fôra obrigado a uma guerra, n'uma situação falsissima. Constantemente recomendado para que não atacasse os alemães, via-se por eles atacado. Fez o que as circumstancias lhe permitiam e mais o impossível. E tão reles tem sido a politica portuguesa, que nem a publicação do seu relatório lhe permitiram.

E ele fizera o impossível, e os soldados morriam heroicamente para eumprirem as suas ordens, desajudados do poder superior.

A situação em Angola tornara-se, porém, tão grave que o Governo foi obrigado a intensificar a acção militar na Colonia.

É neste momento que ofereceu o comando de uma expedição mais forte, ao General Pereira d'Eça. Talvez para afastarem esse homem, que tinha tido, sósinho, a politica da guerra e que no entanto não tentava impô-la politicamente.

E é no entanto em Angola que assume maiores proporções a sua figura e que consegue realizar a grande acção militar da nossa guerra.

O que foi a organização da expedição, as eternas dificuldades de Governos incapazes, e depois o commando e acção militar di-lo bem o relatorio do General. O que ela foi em sofrimento e em esforço formidável só o pode dizer quem a tenha vivido momento a momento no horror de uma das lutas mais duras que jámais homens viveram. A evocação dessa marcha formidável — energia, energia, energia e em volta todas as coisas hostis e todos os inimigos — só tem direito de fazê-la quem a viveu. Mas desse assombro de vontade e de sacrificio em que o soldado português redimiou os erros de uma politica miserável; desse desenrolar de assombro martirisado, desse esforço e dessa gloria, uma realidade nacional ficou.

A acção que a politica não tinha sabido querer, marcou-se ali no sacrificio e no heroismo e na energia desauxiliadas.

Desauxiliadas pelo Governo incompetente e lento na acção, desauxiliadas pela sua politica internacional e, consequencia logica desta, pelos proprios ingleses, que chegaram a contrariar escondidamente a acção e as consequencias dessa luta.

Que prova mais real de que o caminho a seguir tinha sido esse, e que ele só podia contrariar os que se opuham á nossa acção na Africa? Que melhor prova do que o refugio e auxilio dado pelos inglezes ao sóba revoltado, e por nós vencido, em territorio por eles conquistado aos alemães? Os factos encadeiam-se para mostrar claramente os erros em que nos fizeram cair os incompetentes dos governos. (\*)

E no entanto, se Portugal marcou nesta guerra, foi apenas pelo heroismo sacrificado dos seus soldados na Flandres e por esta acção realisada inteiramente e concludida a um triunfo, pelas qualidades dos nossos sol-

dados e pela vontade heroica do General Pereira de Eça.

Ele foi a vontade que animou esse heroísmo e também a inteligência que viu a maneira de realizar essa vontade.

Porque esta campanha, que depois de certa altura toma o aspecto de uma loucura de heroísmo levada contra tudo por um milagre de energia humana foi preparada e estudada com uma sciencia perfeita da acção colonial.

Na verdade esta campanha de um heroísmo e esforço militar inegalável tem o aspecto de uma guerra romana como devem ser as nossas guerras na Africa. A campanha é uma função da acção colonial, e é a esta que tudo deve subordinar-se.

Assim o comprehendu o General Pereira de Eça, já na sua preparação, já na condução estrategica presa a conveniencias de dominio e de politica colonial, já nas consequencias e resultados que preparou e que lhe destruíram e não souberam aproveitar.

Para preparar a guerra faz administração colonial e ao mesmo tempo prepara esta para o fim que tinha em vista. E isto, foi além de tudo, um exemplo vivo do que deve ser a nossa acção colonial simultaneamente guerreira e administrativa, de penetração e de aproveitamento.

O pouco tempo da sua administração fez o que muitos anos não tinham feito, e por isso ele se pode lançar confiado na marcha heroica junto com os seus homens. Devia sagrar este esforço a gloria do combate da Mongua, heroísmo e vontade resistindo a todos os embates.

Para tudo que foi em heroísmo, para tudo que foi em acção militar essa campanha, bastam as palavras serenas do seu relatorio.

A unica grande acção da nossa guerra indica-nos o que poderia ter sido a politica internacional e a acção de Portugal na guerra alemã.

Esta campanha mesmo tardia, mesmo limitada, bastou no entanto para nos levantar o prestígio e para marcar a nossa acção e o nosso domínio no que era nosso, e deixavamos moralmente perder.

Foi a campanha de Angola que marcou de novo a nossa vontade de uma acção colonial. E dela retiramos ainda a vantagem material da ocupação completa do nosso território.

E se ela foi moralmente o maior sintoma da nossa vontade consciente, da nossa energia nacional, foi materialmente a única vantagem que tirámos da guerra.

\*

A acção da Nação cumpria-se ao longe, sem que os movimentos políticos com ela contassem para a sua modificação.

Umhas facções substituíam as outras e a substituir-se continuariam sem que para isso houvesse uma profunda razão nacional, ou, sequer, uma profunda luta de formulas políticas tentando a melhor, a mais forte, direcção do país.

Eis a explicação grande do desinteresse dos governos por esse esforço, por esse triunfo (o maior de todas as nossas campanhas coloniais, o mais completo e heroico) e pela figura do chefe que em meio da indecisão, da incerteza e da dissolução, fôra capaz de o realizar.

Esta a explicação grande porque há ainda todas as pequenas vaidades, todas as pequenas e miseráveis covardias para aumentarem essa causa inicial do desinteresse por um facto que era simplesmente o maior da nossa historia dos ultimos tempos.

Miserável critica historica é aquela que se baseia em comparações com o passado, mas quando as comparações são de caracter psicologico não só são possíveis como demonstram até essa semelhança e repe-

tição a distancia, que costumam invocar certos historiadores.

Os factos historicos não podem ver-se na sua repetição porque do numero limitado de factos é illimitada a sua verdadeira função em face dos homens. Fixar a egualdade de factos é ser induzido num caminho que em geral não é verdadeiro.

Não há factos exteriores bastante poderosos para fazerem uma epoca.

A historia não é uma sucessão de factos, mas um desenrolar de forças humanas, um avançar de almas, um perpetuo reagir dos elementos humanos ante os factos sociais, um inexgotável choque de civilisações, isto é do que as almas conseguem.

Mas que admira que se repitam os estados psicologicos, sobretudo os estados psicologicos colectivos, no desenrolar dessa evolução? É mesmo a repetição de certos estados de espirito o que induziu em erro essa critica historica.

Justificável é por tudo isto a comparação do Portugal de hoje com a Roma das lutas civis e da acção exterior incomparavel. A acção da raça retira-se nas duas para as lutas longinquas para a colonisação, para os militares e ainda os humildes, que levam nas mais pequenas coisas a expansão do nosso sangue.

Se quizermos fazer uma historia contemporanea de Portugal sobre o seu estado politico sobre as suas lutas civis, teremos que chorar uma miseria. E no entanto a raça foi capaz, no momento peor, de duas acções formidáveis: o sacrificio sublime da Flandres, o triunfo maravilhoso de Angola! E no entanto a todos os momentos os nossos humildes mostram em todas as lutas, mundo fóra, a virtude heroica do nosso sangue!

A historia tem que assentar sobre o estudo da politica em certos momentos da vida dos povos, quando eles se organisam para uma acção conjunta. Nou-

tros momentos é preciso ver a acção que não se realisa em politica de estado, que não se disciplina, mas que, por vezes, sabe instintivamente manter a sequencia da acção nacional, e iniciar até os grandes momentos de expansão e luta.

A acção romana existe nos exercitos que lutavam e colonisavam e não nas miseráveis lutas de facções politicas dentro de Roma. As intrigas e os assassinatos imperiais não interrompiam a civilisação em activo desenrolar da grande Roma. Quem fixasse as figuras imperiais veria o sereno desenrolar da Roma imperial como um cahos.

A acção continuava nas legiões e na colonisação. Que importava que tambem por vezes a mais ingrata indiferença acolhesse os vencedores, que representavam o sangue e o espirito de Roma?

Que importa tambem na vida nacional portuguesa o agitar das facções, as chamadas lutas politicas, a dissolução crescente, a misera vida de organisação? São os periodos transitorios e necessários para anular forças incompletas, estagnadas ou inferiores e para permitir o triunfo de outras forças intimas da raça, outros dominadores e outras ideias.

Miseria benéfica se consegue repelir-se a tempo.

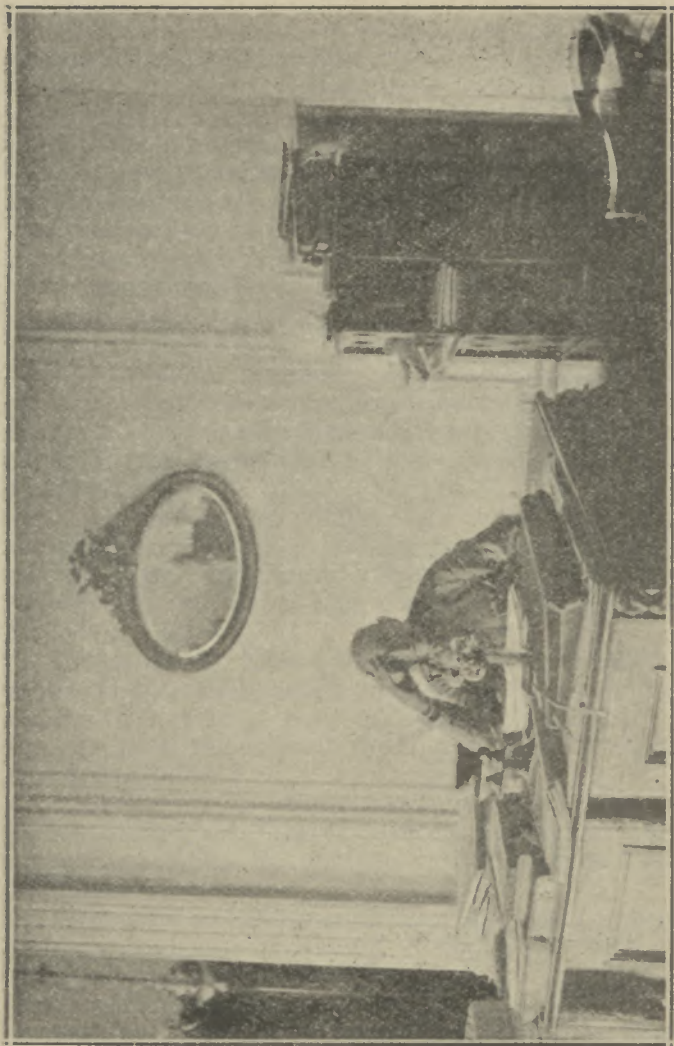
O que é preciso é que a sequencia de valores, é que a tradição vital da raça não se perca.

Por isso toda a nossa vida que vivemos nesse momento estava concentrada fóra de nós, nas lutas exteriores, na gloria e no sacrificio, antes que voltasse, como agora, às almas criadoras, no momento de criação e de ideia.

A sequencia da historia portuguesa há de fazer-se na colonisação portuguesa, nas lutas que a salvaram e em todos os sacrificios de sangue, que orgulhosamente fizemos.

É naquela campanha de Angola que mais se exteriorizou a nossa persistencia e o nosso renovo. Com







esta diferença entre esse esforço e as lutas que aqui viviam da sua propria miseria, que admira que dos governos, da populaça das facções, só tivesse nascido a indiferença, a desconfiança, o mêdo por aqueles que realisavam outra grandeza no exterior!?

Ao menos tiveram a coragem da sua inferioridade. Foram sublimes de infamia, porque infamia é essa incompreensão e essa cobardia ante o sangue da raça, manifestado em triunfo ou sacrificio.

A campanha de Angola terminara pela total occupação dos nossos territorios. Para completar e estabilisar as consequencias da luta o General Pereira de Eça entrega o comando a um dos seus colaboradores mais valiosos e organisa os territorios militares. Uma e outra coisa, como as suas medidas, tão acertadas, de administração, são immediatamente, sem que se saiba porquê, revogadas!

E se como sintoma politico este é o mais grave, como sintoma moral o pior é a attitude perante o regresso do chefe militar, organisador e heroi — a vontade mais completa e realisadora que a acção teve nos ultimos tempos em Portugal!

Em volta do chefe e triunfador, a desconfiança, o mêdo, a raiva. Estabelecem habilmente uma atmosfera de indiferença num povo que teria delirado por ele, por um dos chefes mais profundamente portugueses que temos tido!

E apagam a sua acção e o sacrificio e a gloria de tantos officiaes e soldados, que ele representava bem com a sua figura de vontade implacável e de sonho infinito.

O general vencedor entra em Portugal como um vulgar governador de colonia. E um dia se verá que maldosa e miserável intenção conduziu propositadamente esse regresso.

Ao general vencedor nada se faz, para as tropas gloriosas nada se encontra, como se salvar e completar

um Imperio que espera o nosso futuro, não fosse nada ante as facções que se debatiam na cidade imortal!

Tinha-se começado então a organizar um exercito para comparticipar da guerra na Europa. O general que voltava vencedor com o prestigio de uma guerra difficil e de uma organização mais difficil conseguidas em absoluto, entra nesse esforço como simples organisador de uma divisão, e o seu comandante. Tão miserável de lutas era o momento que até o gesto de disciplina da sua aceitação deve ser louvado como um exemplo. Disciplina que provoca o agradecimento de todas as contrariações possíveis da parte do governo.

Á perfeita organização da divisão, ao brillantismo dos exercicios, mais diíficeis assim realizados, do que num campo de concentração, corresponde o governo prohibindo toda a propagañda, apagando, indo até ao cumulo de permitir boatos sobre a disciplina dessas tropas, quando, para avaliar da sua disciplina, bastava saber quem as comandava

Segue, porém, para França o Corpo Expedicionario Português e dá-se então o mais terrível de todos os factos dessa opposição.

Para o comando da nova guerra não é escolhido aquele General que acabava de dar provas seguras e plenas da sua capacidade de vencer. O erro militar e politico que havia de presidir sempre ao Corpo Expedicionario Português, anulando o seu formidável esforço de sonho e sangue, manifestava-se já aqui por miseraveis covardias. A regra da escolha estava indicada: o general com provas na guerra ia comandar a nossa guerra; o general Tamagnini de Abreu, que se revelára um grande organisador capaz de preparar corpos successivos a levar á escola definitiva da guerra, continuaria no seu papel.

A historia do Corpo Expedicionario Português alguma coisa terá que ver neste principio da sua organização.

Basta indicar aqui porem a incompatibilidade dos governos com os homens que, instintivamente, sentiam á frente da acção mais profunda da raça.

O General Pereira de Eça fica no comando da 1.<sup>a</sup> divisão entre as lutas das facções, que continuavam, e a indisciplina de um exercito que não sentia a dirigfl-o um governo com energia e com finalidade.

Tambem este estado psíquico se ha-de justificar um dia na critica do momento; e se mais raramente nobres apparecerão aqueles quo marcharam, não covardes, nem anti-patriotas, poderão parecer os que se julgavam levados a um sacrificio inutil.

Porque toda a luta, todo o esforço, sem finalidade parece torturante e horrivel. E a guerra, áqueles que não levavam um sonho proprio, devia fatalmente apparecer sem finalidade, porque os governos nem souberam criá-la nem mostrá-la.

O que os politicos viram em toda a nossa acção na guerra foi uma maneira de comprometer os aliados, sobretudo a Inglaterra, para nos deixarem o que tinhamos, quando a victoria viesse. É tão discutivel esta visão, que nem serve para justificar um sacrificio.

Por isso alguns valentes hesitaram, por isso os soldados resistiam ao embarque para essa França que desconheciam. E que fazia o governo, que nem ao menos substituia pela audacia e a força de vontade no mando a falta de capacidade politica? Pedia ao commandante da 1.<sup>a</sup> Divisão, que não tinha oficialmente nada com os embarque de tropas, para levar esses homens á disciplina necessária e ao sacrificio que a sua propria heroicidade havia de louvar.

Os embarques faziam-se com a presença do General Pereira de Eça. Era a sua vontade inquebrantável, a sua alma, a sua disciplina que mostravam o caminho a esses herois, depois redimidos em gloria e sofrimento, mas que estavam desamparados.

Como podem caminhar os homens isolados nos

seus receios, quando uma ideia, uma organização não os arrasta? Das recusas, das resistencias ao sacrificio, só é responsável quem não criou a alma de acção, que devia conduzir todos esses homens que tinham sido capazes da guerra de Africa, que seriam depois capazes de tanto sacrificio e beleza.

De todos os chamados derrotismos como das resistencias populares só o governo é o responsavel, responsavel até perante aqueles que cometeram esses actos.

E grande exemplo era, ante esses homens, o General que mostrava só por si uma finalidade às lutas e sacrificios que Portugal devia fazer. Ele era junto das tropas que partiam o exemplo de uma acção nacional que podia conduzir e justificar todos os sacrificios. Era a vontade que soubera querer a guerra e sacrificar-se por ela e levá-la ao triumpho. Era uma vontade e uma disciplina. Mas não podia ser mais porque os governos o limitavam a essa função de policia. E no entanto esses homens que iam morrer, que iam bater-se como se batem soldados de Portugal, mereciam bem levar, como ultima visão da Pátria a sua incarnação na autoridade e no genio de um homem.

Porque levaram esses homens sagrados depois em sangue e heroicidade a visão triste e desesperadora de que os abandonavam, de que eram os sacrificados a um calculo politico que eles não entendiam?

De quem a culpa vergonhosa do sofrimento, que levavam nos corações quando iam morrer por nós todos? Não mostraram aos soldados um sonho a realizar pela Pátria inteira organizada numa vontade consciente. Não lhe mostraram sequer um grande exemplo. Obrigavam-nos a embarcar aproveitando-se do prestigio daquele mesmo homem, que haviam desprezado e insultado.

E assim as coisas seguiam, sem uma finalidade,

trabalhado o país internamente por uma revolta geral de toda a nação contra um governo de administração interna deplorável e de política internacional incerta e subserviente.

E havia de ser ainda a sua figura nobre e forte a sacrificada nessa resistencia a um movimento que apparecia vencedor poucos dias depois da sua morte, e que era levado ao triumpho por todas as condições da vida nacional.

\*

O País estava desorganizado nuna crise absoluta de autoridade, esfacelado de lutas politicas, caracteristicas dos periodos de dissolução e renovação, consequencia da propria renovação, mas que levadas demasiado longe podem perder irremediavelmente uma nacionalidade.

Toda a nação que não sabe, a tempo, substituir o periodo de ideais sociais e lutas politicas por um periodo de reorganisação da autoridade, em vista de uma futura estabilisação, é uma nação que se condena a morrer.

Portugal sentia já o que hoje sente intensamente como indispensável, a necessidade de entrar no periodo de reorganisação da autoridade.

Esse movimento, ainda incompleto então, mas já necessário, podia ter sido adaptado à guerra e auxiliado pelo movimento de força que ela determinara. Teria sido internamente a salvação politica — juntar esse movimento nascente de autoridade com a politica internacional de intervenção na guerra. Ambas as ideias tinham a ganhar do mutuo apoio: o movimento de autoridade politica apoiando-se na força e na função internacional, esta encontrando um organismo forte e consciente que a dirigisse.

O que se deu foi o contrario.

Daí proveem todos os erros na condução da guerra e todos os erros e enganos na politica interna.

O país é apanhado pela guerra sem que bastante se tivesse marcado esse movimento ainda inconsciente de reorganisação da autoridade.

E como os que estavam à frente da nação eram absolutamente incompetentes para pensarem e transformarem a vida politica nacional, e não tinham a nobreza necessária para se afastarem entregando o poder a quem o pudesse exercer para esse fim, a conclusão fatalmente seria essa, tristissima, que se deu.

Uma politica de guerra feita por obrigação, propositadamente mal conduzida para não fortalecer o principio contrario.

Toda a política de intervenção na vida internacional fortifica o principio de autoridade, e essa guerra a que quizeram levar um idealismo democratico havia de precipitar o movimento necessário.

Isto poderia ter sido feito serenamente, sem luta, se no poder houvesse competencias politicas. Assim deuse o pior de tudo.

Ao lado de uma acção exterior mal conduzida, uma resistencia dentro do estado dos elementos de desorganisação politica. E assim caíramos fatalmente no pior dos males, no mal que veiu a dar-se e que fez falhar a primeira tentativa de reorganisação da autoridade, o pior de todos os males, lançar o movimento politico, fatal na sociedade portuguesa, contra uma força organisada em intervenção na grande guerra.

A intervenção na guerra era a força que devia ser chefiada pelo principio de autoridade. Ao contrario, quem estava à frente dela levava-a desorganicamente para coisa nenhuma.

Por desgraça nacional era impossível ferir a miseria politica que governava sem ferir a propria força. Mas era mais impossível ainda que o movimento politico se aniquilasse por um criterio de vida internacional.



Porque o primeiro dos deveres de uma Nação é caminhar para a autoridade que a pode reorganizar e salvar.

O primeiro dos deveres e a mais sagrada das obrigações.

Desgraçadamente ferimos a nossa politica internacional, pelo menos no momento. Mas era impossivel deixar de o fazer e era necessário fazê-lo, porque a Nação sem uma nova organização da autoridade como saberia querer o que os seus sacrificios lhe impunham?

Que todos os movimentos revolucionários prejudicavam a intervenção na guerra? Sem duvida! Prejudicavam-na por fatalidade da propria desorganização em que tudo isto estava em face do acontecimento formidável.

Prejudicou-a tanto a primeira tentativa de reorganização da autoridade incompleta e incerta, feita por Sidonio Paes, como o golpe de estado parlamentar realizado pelos democraticos, contra o governo de que participava o General Pereira de Eça.

Era por tudo isto impossivel deter o movimento politico do país. E quanta miseria, quanto cansaço se juntavam a isso, para a revolta fatal?

O governo resistia contra a revolta geral do país. Mas como, e em nome de quê resistiam os seus homens?

Poder-se-ha dizer que resistiam em nome da guerra e que se a fatalidade da transformação politica os anulava não era culpa deles. Não. A culpa era inteiramente, abertamente deles.

Quem não tem competencia para dirigir no governo a propria transformação necessária, a vida politica toda, de um país, não se mantem á frente dele porque o perde. Aquele que se mantem no governo sem ser o homem capaz de dirigir a vida politica, organica, do país, só pela ambição vulgar ou a vaidade, é um miseravel reles e um criminoso.

Os governos entregues aos mediocres, aos medios, aos que se alcunham a si proprios de interpretadores da opinião publica, não podem continuar. Porque o Estado é a propria função da vontade nacional tornada consciente. E' o Estado que deve pensar a vida nacional. Não a vida nacional que se reflecte na mediocridade de uns dirigentes amorfos.

Porque se o Estado fôr sómente isto tornar-se-há um elemento da luta politica, uma coisa a conquistar sem estabilidade nem vida propria, uma forma de dar força a uma ou outra facção. Fatalmente, aquele que está á frente do Estado ou o incarna inteiramente, porque é a alma impulsionadora da Nação, aquele que pensa mais altamente a vida politica, cu faz dele, porque é um mediocre sem diferenciação apreciável, uma força na luta das facções.

Nos periodos de luta politica surgem estes governos que mais não servem do que para acabar de desorganizar inteiramente a vida nacional. Mas mal daquele país que não souber a tempo cortar com as lutas de facções dentro do Estado. E elas manter-se-hão enquanto o Estado estiver entregue a quem não pense á sua frente a vida nacional, quem não possa, por si, ser o impulsionador e o coordenador. Pois só assim, na verdade, o estado se realisa, como deve, na grandeza de uma vida propria.

E o que a análise social nos mostra é que morre aquela nação que se mantem muito tempo sem criar um Estado capaz de ser, na realidade, o chefe de uma nação inteira e não uma representação de opinião, um organismo moderador e policial, ou um elemento mais nas lutas politicas.

Nunca se sentira em Portugal tão intensamente esta verdade politica como no periodo que atravessamos. Cada dia que passa mais ela se acentua.

Apesar de passada a guerra ela é hoje mais forte do que então. Cada dia mais forte. E um dia chegará em

que ela imponha a unica solução possível num país que tem todos os problemas a resolver, mas que antes de mais nada precisa de ter uma cabeça, um Estado, consciente e forte, dirigindo o conjunto da sua vida.

Todas as outras soluções são inúteis. Hoje como naquele momento de revolta em que se fez a primeira tentativa de reorganização da autoridade.

Em nome de quê e de quem, poderiam, pois, resistir os governos que ocupavam o poder sem realizarem na verdade um Estado?

Tinham eles ao menos a audacia de fazerem da guerra portugueza, ainda uma realização da luta de ideais sociais? Nem isso! Clamavam retoricamente pela liberdade e pela justiça, e nada mais! Nem sequer a vontade que impõe um facto pensado bem ou mal. A propria resistencia material contra a revolução era feita unicamente pelo General Pereira de Eça. De tão frágil consistencia era esse governo anterior á revolução de 5 de Dezembro que apenas se aguentou enquanto o prestigio e a vontade e a disciplina do General Pereira de Eça o sustentaram.

Era ele que resistia á Revolução. Porque estivesse com o governo, com as suas tendencias politicas pelo menos, ou ainda com a direcção que davam á intervenção portugueza? De modo nenhum.

O General Pereira de Eça tinha o maior dos despresos por esse governo que apoiava. Ouvi-lhe dizer com raiva e sofrimento o que era essa politica que ele, por disciplina de militar, sobretudo preocupado com as consequencias da vida politica sobre a acção na guerra, ainda mantinha. Como o desapoiavam apesar de continuamente os salvar, como intrigavam á sua volta, e, sobretudo, a fraqueza que revelavam, a falta de organização do Estado, a autoridade desaparecida, o país anarquico, erguendo-se de todos os lados em arrancos incoerentes de revolta.

Nenhum homem de acção terá sofrido mais nos

ultimos anos da sua vida do que o General Pereira de Eça. Desamparado de uma ideia politica que o aproveitasse para a acção exterior, dando-lhe uma finalidade que não podia partir dele; limitado a dirigir toda a sua imensa energia fragmentariamente, ao acaso, apenas pelo seu julgamento; obrigado a manter uma força politica com que não concordava; atraído, ainda, vilmente, por ela! Sofrer heroicamente é ainda para o homem de acção realizar-se. Mas este sofrimento de não poder expandir a sua força, e de aproveitar sem concordancia com a propria alma, porque a propria alma lho exigia, é o martirio da acção.

Porque o General Pereira de Eça inconscientemente vivia tambem o movimento iniciado de reorganisação da autoridade. Já por psicologia já por intelligencia de acção. E o General Pereira de Eça revoltava-se tanto como o País inteiro contra a miseria politica que chegava a ponto de contrariar e atraiçoar a unica vontade, o unico valor que tinham no governo. O País inteiro sabe que quando se deu a revolução de Sidonio Paes preparavam os elementos da politica democratica derrubar o governo para anular Norton de Matos e fazerem uma nova união sagrada que tanto agrada aos partidos, porque é sempre a maneira de repartirem o poder e de se defenderem de qualquer valor de qualquer vontade que tente reacordar a vida nacional de sob essa camada de parasitismos e lutas politicas.

O sacrificado nesse momento seria Norton de Matos, porque era o unico que, depois do General Pereira de Eça, quis a guerra, e ofereceu o seu esforço de organisação a essa ideia.

As conspirações realizadas por elementos do governo portuguez na propria frente dos exercitos em França, contra o chefe hierarquico do Exercito Portuguez são das maiores miserias da nossa vida politica da guerra.

O grande mal, o erro que existia em qualquer revolta tentada nesse momento, não estava também nessa conspiração governativa? O perigo de qualquer tentativa era a sua consequencia na luta armada em França.

Que autoridade tinham, porém, esses politieos que sem olharem a consequencias queriam, com os seus meios e proessos, realisar um movimento não menos grave e decerto menos explicável?

Se o General Pereira de Eça, resistia à revolução era em nome de uma disciplina sempre sacrificada e nunea diminuida e sobretudo pelo seu criterio nobre e claro de militar que lhe fazia ver antes do movimento politico interno a consequencia possível na acção exterior. Ele sentia que não era o momento bom para a revolta pela situação ínternacional que nos eria-ra a intervenção na guerra, e pela desorganisação interna, impossivel de vencer nos primeiros tempos, e que despertaria, portanto, a desorganisação na acção exterior, na vida do exereito e possivelmente no Corpo Expedieionario.

Tinhamos tido a desgraça de ir para a guerra numa desorganisação completa do Estado e da vida politica nacional. Não havia politieos eapazes de à fren'e do Estado transformarem essa vida. Era logica a revolta mas era perigosissima.

Porque, por uma fatalidade semelhante à que arastara para a intervenção os detentores do governo, essa revolta incarnaria o principio da não intervenção. E quando assim não fosse ía, pelo menos, desorganisar, romper a sequencia de um esforço, que poderia, ao menos, representar-nos em heroicidade e sacrificio.

E na verdade essa primeira tentativa de reorganisação da autoridade, ainda incoerente e pouco pensada, já porque pela sua novidade havia de vir mais violenta de lutas, já porque pela intensidade da tentativa

ia derivar as energias para a luta politica, não podia ter boas consequencias na acção militar em França. Um criterio mais politico do que militar iria para a luta, tentaria mesmo fazer essa revolta fatal nas melhores condições para a Nação e para esse heroico exercito de França. O criterio mais militar do que politico do General Pereira de Eça resistiu dentro da disciplina à revolta que se preparava.

Tanto o seu valor pessoal e o seu prestigio, que enquanto ele viveu a revolução não pode dar-se.

Bela morte a desse extraordinario homem de acção sacrificado por uma época miserável! Em volta do seu corpo, ultimo sustentáculo de uma energia formidável, combatiam todas as forças de uma Nação. Ele foi por um momento como a pessoa dos reis, ou dos grandes chefes, de cuja vida depende a sorte de um país.

Escondiam o seu estado enquanto a revolta se preparava, temendo ainda a sua corajosa e lealissima attitude, o seu prestigio, que sustentaria qualquer situação. A sua energia a morrer, arrasada por todos os sacrificios, por todos os esforços, era ainda o sustentáculo real da situação politica portuguesa! Os politicos no Governo, acolhidos à sua sombra enorme, que morria, mostravam mais claramente do que nunca a falencia dos regimens que não assentam no valor humano, na consciencia, no pensamento, na energia de um homem!

Eles mostravam que é sempre uma força individual quem clara ou acobertadamente sustenta o Estado. Simplesmente, na formula que eles tinham escolhido, essa força é entregue a todos os insultos e enfraquecimentos e não pode organizar inteiramente em seu redor o grupo de governo que dirija a nação. Mas a realidade profunda da vida social, que é feita de homens e não de teorias, revelava-se neste tragico fim.

Poucos dias depois da morte do General Pereira

de Eça a revolução triunfava inteiramente e rapidamente da desorganisação politica portuguesa.

A figura do General Pereira de Eça, que moralmente não se opunha à revolução, já não podia sufocar a tendencia natural da politica portuguesa, na sua primeira tentativa de reorganisação da autoridade.

\*

Combinando o momento politico nacional, com a acção exterior que o país realisava na guerra, só uma solução teria sido logica e completa: — a ditadura politica com elementos militares intervencionistas e contra toda e qualquer politica que mantivesse a desorganisação do estado e o predominio da demagogia.

A Ditadura já então era necessária.

A Ditadura, indispensável hoje para o movimento de reorganisação da autoridade sem o qual se perderá a nação, podia ter feito da nossa intervenção na guerra qualquer coisa de grande e produtivo. Só um homem podia ter incarnado essa ditadura primeira, mais de acção que de organisação, mais militar que politica, essa Ditadura da guerra: o General Pereira de Eça.

Só ele pelas suas qualidades pessoais de militar e de energico; só ele porque foi quem em Portugal quis uma guerra portuguesa, com um fim portuguez!

Esta Ditadura devia ter sido feita logo no começo da guerra quando os democraticos deitaram abaixo o governo que a guerra viera encontrar no poder. Depois, era tarde, porque tão fundas se tornaram as lutas politicas que o movimento já não podia ser apenas mandado pela acção exterior. A vida politica sobrepujou em Portugal a acção em que nos lançáramos incoerentemente e que incoerentemente ficaria dependente dos proprios movimentos politicos. Foi um mal? Foi um bem? Tinha de ser. Sempre assim é nos países que

não organisam o seu principio de autoridade no Estado, antes de qualquer acção exterior.

O movimento de autoridade que veio depois foi, como fatalmente teria de ser, de character mais politico que de acção exterior. Tinha de ser assim. Nesse momento a luta essencial era já pela organização da autoridade, visto que uma desorganização politica completa é que estava no Governo.

Foi um mal não se ter dado a Ditadura da Guerra porque por isso a acção exterior foi sempre mal conduzida, e tambem a Ditadura Politica veio a tentar-se mais cêdo e sobretudo em peores condições.

Perdemos assim a acção exterior e sacrificámos uma primeira tentativa de reorganização politica e com ela o sonho e a vida de um chefe.

Todas as facções que deram outros ideais, teóricos e falsos, ao país e que o conduziram sem finalidade nacional, noutras direcções, teem a responsabilidade de todo o mal que sofremos.

O país não começou organicamente a reviver. Manteve-se na luta de facções e na dissolução de todas as forças.

Era cedo para reorganisar politicamente o país. Mas não era, pelo menos, cedo para abandonar as ambições e os erros e formar um bloco nacional, não uma "união sagrada... de partidos".

O General Pereira de Eça nunca poderia ter feito só por si esse movimento. Enorme como homem de acção e como valor militar e organisador, não bastava á complexidade politica que um poder assim exige. Não era, em nada, um politico capaz de criar por suas proprias mãos o movimento. Era o homem de acção em volta do qual o movimento se poderia ter fixado. E para essa primeira Ditadura, para essa Ditadura apenas destinada a conduzir a acção exterior, bastava um homem de acção.

Depois era tarde! Era preciso sobretudo a energia



política de um homem de Governo. Sidonio Paes venceu porque tinha energia política e um grande sonho de governo. O momento possível para a Ditadura da Acção já tinha passado.

Se ela tem sido feita no principio da guerra salvava-nos na acção exterior em que nos sacrificámos. Todos aqueles que alcunhando-se de politicos não souberam compreender nessa altura a necessidade nacional, todos aqueles que continuaram a manter-se á frente da nação, por vaidade, por ambição ou por erro politico, todos aqueles que contrariaram a sua figura de acção inclusivamente no seu sacrificio, todos esses, são os responsáveis dos males que sofremos.

O nosso esforço exterior dava tudo, em sacrificio e heroismo, que se podia exigir. Dava inclusivamente uma figura de acção em volta da qual a vida politica portuguesa poderisa ter-se organizado.

Não a aproveitaram; contrariam-na o mais possível. E no entanto mantiveram-se no poder e arriscaram uma acção exterior, que não sabiam conduzir e tornariam por isso um sacrificio inutil.

E nem no momento de perigo e ameaça para êles (quando já era, de resto, tarde para uma tentativa) souberam vêr nele o chefe indicado da Nação Portuguesa na guerra europeia.

Nunca o General Pereira de Eça, espirito excessivamente e exclusivamente de acção, pensou em fazer o movimento sem o qual a sua propria acção se inutilisaria. Não o pensaram os que dirigiam politicamente a nação e o momento perdeu-se.

Mas não foi inutilmente que Ele cumpriu o seu destino de acção grande no meio da inferioridade.

Ainda não se completou o resultado da sua obra. O sonho que o animou, o mesmo sonho que animou a tentativa imperfeita ainda e toda politica de Sidonio Paes, ha-de reviver no momento em que a Pátria organise a sua autoridade renovada. O seu sonho de ac-

ção, de patriotismo e de fé infinita preside áquela reorganisação completa, que devemos tentar e sem a qual a Pátria se perde.

A energia e o sacrificio, o sonho infinito e o sangue glorioso arrastado em Africa em mil martirios e glorias, crucificado em França em mil glorias e sacrificios, simbolisados na sua figura de sacrificio e força, dão o apoio tacito á reorganisação politica e á renovação nacional de Portugal.

A acção da guerra e todas as tentativas politicas profundamente sinceras só no movimento definitivo de salvação nacional encontrarão a sua razão de ser e a sua finalidade.

Todas as vidas, todos os sonhos sacrificados nesta miserável luta de facções obrigam-nos á realisação do fim para que tenderam, impõem-nos os sacrificios mais altos, a abnegação absoluta, a obrigação da luta para os justificarmos perante o futuro.

O movimento que possa fazer-se de salvação nacional é-nos imposto pelos mortos caídos na mesma luta, para o mesmo fim.

Essa figura de acção extraordinaria e de energia e de sonho, que foi o General Pereira de Eça, manda-nos cumprir o destino que não o deixaram realisar.

Ele é a figura indicativa da continuidade do valor nacional no momento triste e apagado que atravessamos.

Ele é ainda, como foi a agonisar, a figura que manda que se cumpra um destino!

Contra todas as miserias, e todas as infamias, que se cumpra um destino de abnegação! Que se tenha a coragem da autoridade, porque ela é hoje o maior de todos os sacrificios, a mais torturante abnegação.

Que toda a nossa vida seja posta num unico fim: —reorganisar a nação para a levar á grandeza de que

a afastaram as lutas de facções e o dominio dos inferiores.

O nosso sonho é um sonho de sacrificio. Mas não deram já o sonho politico e o sonho de acção, dois sacrificados para sagrar o movimento futuro? Quem poderá recuar, ainda que o destino lhe marque o posto de maior abnegação?

O país inteiro vibra de sonho sacrificado, clamando a sua vontade! Vivemos o nosso sonho e aquele destino anterior ás nossas vidas.

Figura extraordinaria de acção e de sacrificio o General Pereira de Eça vive comnosco o sonho que poderia ter visto para sua maior gloria.

JOÃO DE CASTRO



**A CAMPANHA  
DO  
SUL DE ANGOLA  
em 1915**

A CAMPANIA

DO

SUL DE ARGOLA

em 1915

## I

### Preparação das operações

Foi num dos primeiros dias do mês de Fevereiro de 1915 que sua Ex.<sup>a</sup> o General Pimenta de Castro, Ministro da Guerra e presidente do Governo, me fez o convite para assumir o comando das tropas expediçónarias ao Sul de Angola. Nessa ocasião Sua Ex.<sup>a</sup> mostrou-me ser conveniente que, com este comando, accumulasse o cargo de Governador Geral da provincia.

Se é certo que as funções de comando no ultramar, onde os recursos escasseiam e as necessidades das tropas mais se acentuam, são suficientes para absorverem todas as atenções de quem as exerce, certo é também que, para que esse comando se possa efectuar com os menores atritos e a maxima utilidade, é muito vantajoso que não tenha a sua acção limitada ao campo puramente militar, e pelo contrario, ela se estenda a tudo o que possa interessar ás operações, o que se póde conseguir fazendo convergir na mesma pessoa as responsabilidades de comando e as responsabilidades governativas.

Assim o têm demonstrado todas as grandes campanhas coloniaes.

Foi por isto, e só por isto, que resolvi aceitar a acumulação do governo da provincia de Angola com o comando superior das forças que nela iam operar. Assente pelo governo da Republica que eu me encarregasse da honrosa missão para que me convidou, nas condições que deixo expostas, eu, por minha vez, convidei para meu chefe de estado-maior o major de infantaria, com o curso do estado maior, João Ortigão Peres, lente do referido curso da Escola de Guerra.

Este official, com uma verdadeira isenção, com o seu patriotismo, e com a sua dedicação pessoal por mim, aceitou o meu convite, aceitação que Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Guerra tornou efectiva, nomeando-o para o referido cargo. O primeiro trabalho a que procedemos foi á leitura de toda a correspondencia trocada entre o Ministro das Colonias, o Governador Geral da Provincia, e o então comandante das forças expedicionarias, sr. tenente coronel do serviço do estado maior, Alves Roçadas, afim de ajuizarmos da situação.

Essa leitura levou-me ás seguintes conclusões :

1.º — Que a acção das forças da Damaraland no combate de Naulila não foi uma acção a fundo, pois não tendo elas efectuado a perseguição das nossas, pouco tempo depois se afastaram da fronteira.

*(cortado pela censura)*

2.º — Que o resultado do combate de Naulila, conjunctamente com a intensa propaganda desde longa data efetuada pelos alemães e com a retirada das nossas forças, teve como consequencia natural a rebelião, formal ou latente, de todo o gentio de além Cunene e da região do Humbe.

3.º — Que pelas diversas e grandes requisições feitas pelo Governador Geral de Angola e pelo tenente coronel Alves Roçadas se verificava a existencia de grandes dificuldades com que se lutava para pôr as tropas enviadas para o Sul de Angola em estado de executarem as operações, dificuldades principalmente derivadas da não existencia de uma conveniente linha de étapes, do facto de os grandes reforços para ali enviados, depois, dos acontecimentos de Naulila, não terem sido precedidos, ou pelo menos acompanhados, de tudo quanto era necessário para a sua pronta entrada em acção, e ainda da circumstancia das funções de



comando e as funções de Governo não estarem concentradas na mesma pessoa, o que, apesar de exercidas ambas por dois officiaes muito distinctos e patriotas, não pôde deixar de traduzir-se em falta de unidade de acção e em perda de tempo.

As duas primeiras conclusões constituíram a base do projecto de operações que apresentei a S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colonias e que foi aprovado com uma ligeira restrição.

A 3.<sup>a</sup> conclusão forneceu-me elementos para fazer as requisições que julguei necessárias para collocarem as forças do meu comando em condições de realisarem o esforço que lhes havia de exigir, devendo notar que, neste ponto, a leitura da correspondencia não me desvendou completamente as difficuldades da situação, que só em Mossamedes pôde bem conhecer.

Uma questão de alta importancia me devia merecer tambem todo o cuidado, era a questão politica internacional, e por isso procurei S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro dos Negocios Estrangeiros e lhe pedi os necessários esclarecimentos.

A nossa beligerancia não estava nitidamente declarada; é certo que tinha havido um ataque effectuado pelas forças da Damaralandia aos nossos postos e às nossas forças, mas era duvidoso se aquellas forças eram regulares e se tinham procedido de *motu-proprio*, constituindo a sua acção um simples incidente de fronteira, ou se pelo contrario, tinham cumprido ordens do Governo local, ou até do Governo da Metropole. Tambem se dizia que o Governo da União da Africa do Sul tinha encarregado o General Botha de invadir a Damaraland e muito importava saber se este facto se confirmava. Tudo isto se apresentava ao meu espirito por uma forma pouco definida e exigia que me fossem fornecidos dados precisos que me indicassem uma maneira de proceder nitida, clara e franca; doutro modo a acção das forças do meu comando podia vir a exer-

cer-se por forma inconveniente, tanto sob o ponto de vista militar como sob o ponto de vista politico.

O certo é que nenhuns esclarecimentos consegui obter de Sua Ex.<sup>a</sup> e que parti orientado apenas pelo facto de ter sido aprovado o meu projecto de operações com a restrição a que já me referí e firmemente resolvido a não perder a menor oportunidade de desagravar o mais amplamente possível a honra nacional.

Seja-me permitido registar que a diplomacia portuguesa, sendo, por vezes, de uma indescrição surpreendente, é, noutras ocasiões, de uma reserva tão impetrável que torna a sua acção inutil para quem nela precisa orientar a sua conducta.

Da leitura dos documentos existentes no Ministerio das Colonias e do estudo das cartas do sul de Angola e da Damaraland, poude eu ainda em Lisboa, fazer uma ideia, tão aproximada quanto possível, da situação criada pelos acontecimentos de Naulila e portanto da tarefa que me cumpria realisar, e nela baseei como disse, o meu projecto de operações, em que quaisquer que fossem as modificações a introduzir-lhe *in loco*, em harmonia com o conhecimento mais directo dessa situação tinha que dominar, como fim geral a atingir, a preocupação de se reocupar o territorio abandonado ao gentio, ocupar a região do Cuanhama, que sendo nossa *in nomine* nunca tinha sofrido de facto o nosso dominio e se encontrava desde longa data muito trabalhada pelos alemães da Damaraland, e principalmente castigar a afronta sofrida em Naulila, recebendo condignamente os alemães se eles tornassem ao nosso territorio, ou passando as nossas tropas a fronteira, para os atingir onde mais conviesse, prestando, em qualquer dos casos, um muito valioso concurso aos nossos aliados da Africa do Sul.

Tanto do exame das cartas, como do conhecimento de trabalhos de valor executados por distintos officiais como, por exemplo, os de Eduardo Costa, Alves

Roçadas, Eduardo Marques, e João de Almeida, eu concluí que tinha de escolher para base de operações o Humbe, que pela sua situação estratégica, para tal fim se impunha, pois, encontrando-se coberta pela linha defensiva do Cunene, está ao mesmo tempo, no centro das comunicações, que do planalto de Mossamedes se dirigem para o Evale, Cuanhama, Cuamato, Dongoêna, e portanto nas melhores condições para dali se proceder à submissão do gentio revoltado, e pela sua conveniente distancia à fronteira, para aí se basearem operações, quer ofensivas, quer defensivas, contra os alemães.

Nessa região devia eu portanto fazer a concentração do grosso das minhas forças, mas impunha-se-me também a obrigação de ter devidamente observada a linha de penetração que do posto de Cuangar se estende pelo vale do Cubango em direcção ao posto A, para daí se dirigir por Cassinga ao planalto de Mossamedes ou internar-se no distrito de Benguela e a linha que do Cunene mais directamente se encaminha para o referido planalto, isto é, a a linha Otchinjau-Pocolo-Chibia-Lubango.

Certo era que tudo indicava que no caso de nova incursão alemã, por qualquer destas linhas só se poderia esperar ligeiras demonstrações, para nos obrigarem a dividir as nossas forças, visto as duas primeiras linhas serem muito extensas, excentricas e em que o inimigo quanto mais se internasse mais perigos correria, e a terceira atravessar terreno difficil e ser facilmente cortada por qualquer movimento de flanco executado pelas tropas que se deslocassem do Humbe, ou de qualquer outro ponto conveniente da linha que liga esta região com o planalto de Mossamedes.

O que era porem incontestável era a necessidade de fazer ampliar no Humbe as operações dum efectivo que não deveria ser inferior a uns 6 a 7.000 homens e uns 3.000 solípedes, para o que se tornava necessário

prover o estabelecimento de uma solida linha de étapes de uns 600 kilometros de extensão, e a necessidade de igualmente ter tropas nas linhas de Cubango de Otchinjau-Pocolo, de muito menor efectivo, mas exigindo tambem a montagem de linhas secundárias de étapes com melhores recursos, mas sendo a do Cubango ainda mais extensa que a linha principal.

Todas estas considerações acrescidas com o conhecimento de que nos ultimos 4 anos tinha havido grande falta de chuvas no sul de Angola, portanto aí dominava a fome, me levaram a mesmo aqui em Lisboa, considerar como questão capital para a honrosa, mas difficil missão que me fora confiada, a dos abastecimentos e dos respectivos transportes, devendo estes ultimos ser o mais rápido possível porque a estreiteza de tempo que se tinha para realizar as operações, derivada da pressão inglesa exercida na Damaraland, que naturalmente atiraria com os alemães, para a nossa fronteira, e da necessidade de dar ás mesmas operações a maior amplitude antes do comêço das chuvas (fins de setembro) assim o exigia. Por isso perfilhei todas as requisições de viveres e transportes que se encontravam no Ministerio das Colonias ainda por satisfazer, completei-as como julguei conveniente, reservando-me para, de Angola, as modificar, se o entendesse necessário, insisti pela aquisição imediata de 80 camions automoveis e 750 carros alentejanos, requisitados com urgencia pelo Governador Geral, Norton de Matos, exigi que, partindo eu em 5 de Março tivesse em Mossamedes em 1 de Abril, viveres para 4 mêses e metade dos transportes requisitados e em 1 de Maio viveres para 6 mêses e a totalidade desses transportes, tencionando montar devidamente as linhas de étapes logo que chegasse, a Mossamedes, Principiaria em Abril a escalonar os viveres pelos respectivos postos, completaria em Maio o abastecimento dos depositos principaes de Lubango, Gambo e Humbe e no fim desse mês, ou

principios de Junho, poderia iniciar as operações de Alem-Cunene com todo o desembaraço.

Infelizmente as promessas feitas de cumprimento destas exigencias não foram cumpridas com o rigor e a pontualidade requeridas, apesar da minha constante insistencia, e daí resultaram as dificuldades com que lutei durante toda a minha estada em Angola e que no decurso deste relatorio resaltarão!

Tendo embarcado no *Africa* em 5 de Março, desembarquei em Loanda em 21 desse mês, tendo assumido, neste mesmo dia, o Governo da provincia, imediatamente principiei a ocupar-me com o maior ardor de tudo o que interessava as operações e ali podia tratar pensando contudo em prolongar o menos possível a minha estada nessa cidade; porque estava verdadeiramente ansioso de seguir para o Sul, afim de poder *de visu* conhecer a situação. Não foi porem de pouca utilidade a minha demora em Loanda.

Da troca de impressões com o secretário geral e com os governadores dos distritos do Congo e Lunda, colhi a confirmação de que os acontecimentos de Naulila tinham tido a natural repercursão não só no genio do sul mas tambem no de toda a provincia que, por numerosos indicios, revelava mais ou menos declaradamente o seu espirito de rebelião, o que me levou a recomendar a esses governadores, e depois por escrito, a todos os dos outros distritos, que procurassem comtemporizar e fazer face a qualquer manifestação mais evidente da rebeldia com os recursos proprios, que o reflexo dos futuros acontecimentos do sul muito contribuiriam para o restabelecimento da quietação em toda a provincia. Da revista que passei ás tropas estacionadas em Loanda (1 bateria de artilharia de montanha e 1 companhia de infantaria 20) e da forma como as vi realizar vários exercicios colhi as melhores impressões, a respeito do seu aprumo, disciplina e instrução.

Das conferencias que tive com o Inspector das obras publicas e com o chefe do departamento marítimo resultou para mim o muito desagradavel conhecimento das precarias circunstancias em que se encontravam o caminho de ferro e porto de Mossamedes, tendo tomado immediatamente várias medidas para lhes melhorar a situação. Da revista que passei ao deposito de material de guerra conclui que só com os recursos da Metropole podia contar.

Finalmente da entrevista que concedi ao consul inglês, fiquei com a valiosa informação de que o General Botha já tinha iniciado as suas operações na Damaraland, e que estava disposto a informar-me do proseguimento das mesmas, desejando ter, por sua vez, conhecimento da situação das forças do meu comando e das suas prováveis operações.

*(Cortado pela censura)*

Dada a situação geral, em Angola, publiquei uma portaria estabelecendo o estado de sitio em toda a provincia e mandando pôr em pratica, sempre que se tornasse necessário, o regulamente das requisições militares da Metropole, e para não prejudicar, com o meu afastamento para o teatro das operações, a administração do resto da provincia, dela encarreguei o secretario geral, que semanalmente me enviaria um relatório sobre os assuntos que necessitassem a minha directa intervenção.

Tomadas estas disposições, tratei de embarcar para Mossamedes, onde cheguei a 7 de Abril, a bordo do vapor *Loanda*; tendo, de caminho, conferenciado com o governador do distrito de Benguela, que ficou informado da minha intenção de fazer seguir oportunamente para Mossamedes a companhia de infantaria 20 e a bateria de artilharia n.º 3 que se encontravam no Huambo, visto que eu não perfilhava a orientação que

primitivamente houvera de organizar uma coluna, que, partindo daquela localidade, fosse operar no vale do Cubango, isto por motivo que adeante exporei.

A' minha chegada a Mossamedes a primeira coisa que naturalmente chamou a minha atenção foi a falta de recursos do porto em elementos de desembarque e em abrigos para o material (viveres e material de guerra), havia apenas uma pequena ponte (ferro e madeira) com dois velhos guindastes, um a vapor e outro movido a braços; e os barcos para fazerem os transportes entre os vapores e a ponte eram em numero muito reduzido e insufficiente, de forma que estes vapores levavam dias e dias á espera de que lhes chegasse a vez, para iniciarem a descarga. Nas imediações da ponte o material de toda a especie encontrava-se espalhado ao ar livre, algum já em manifesto estado de deterioração, como por exemplo as caixas de rancho confeccionado, proveniente da Manutenção Militar.

Tendo ouvido o capitão do porto, mandei com urgencia, construir uma ponte fluctuante que em poucos dias principiou a prestar optimos serviços e mandei igualmente requisitar todas as embarcações para activar a descarga dos vapores.

Quanto a abrigos, para o material, ordenei que se activasse a construção dum grande barracão já começado e mandei vir do Cabo da Boa Esperança, encerrados, pois a cobertura a capim era impossivel adaptá-la porque este não existia, nem sequer para a alimentação do gado: e as folhas de zinco não se podiam adquirir nem na provincia, nem na cidade do Cabo, visto a guerra na Damaraland ter absorvido tudo o que ali havia. Apenas consegui que o departamento maritimo de Angola cedesse algumas folhas de zinco de que dispunha.

Abrigar o material em armazens alugados ou requisitados era impossivel porque os que havia na cidade estavam todos ocupados, por tropas. Estas eram

bastante numerosas. Nada menos de 12 unidades as constituíam: um batalhão de infantaria 18; um batalhão de infantaria 19; baterias de artilharia 1, 2, 7 e 8; um esquadrão de cavalaria 4, e 5 baterias de metralhadoras. Encontravam-se espalhadas pela cidade e pelos seus arredores, umas acantonadas; outras em estacionamento mixto (acantonamento e bivaque).

Como havia grande vantagem em ter uma ponte onde os navios atracassem e esta era realisável no recanto da baía de Mossamedes denominado o *Saco*, mandei o comandante da engenharia proceder ao seu estudo e, em harmonia com a sua proposta telegrafei para Moçambique mandando adquirir a madeira necessária para a sua construção. Infelizmente o navio que a transportava, tendo apanhado um forte temporal teve de lançar uma grande parte ao mar, ficando assim prejudicada uma medida que se tivesse tido realisação muito teria facilitado os desembarques, evitando ao mesmo tempo uma importante despesa com pequenas embarcações.

Tendo visitado as unidades e assistido aos seus exercicios colhi a mesma impressão agradável que já recebera em Loanda, notando apenas em infantaria 1 grande numero de baixas ao hospital, que me foram explicadas pelo facto de essa unidade ter estado durante algum tempo estacionada perto das hortas e num sitio um pouco pantanoso. Nesta ocasião as outras unidades expedicionarias encontravam-se nos seguintes locais:

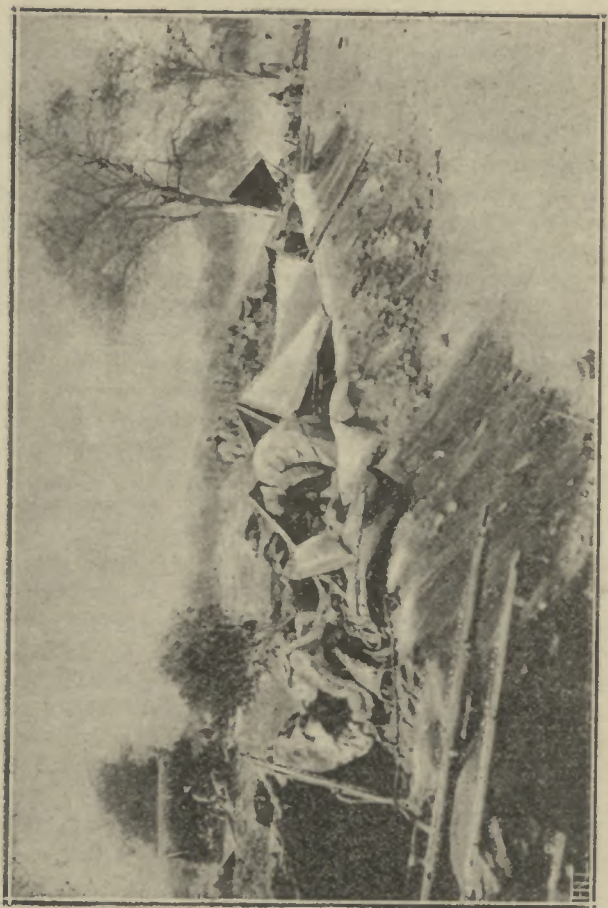
Batalhão de infantaria 14	}	Capelongo
		Calhâna
		Gambos

Batalhão de infantaria 16 — Lubango

Batalhão de infantaria 17 — Chibia

Batalhão de marinha — Forno da cal







Uma bateria de montanha — Forno da cal

" " " " — Chibia

" " " metralhadoras — Chibia

Um esquadrão de cavalaria 9 — Tchiepépe

" " " " 11 — Humpata

Uma bateria de metralhadoras — Huila

Auxiliares boers — Otchinjau

Fiz o propósito de, o mais rápidamente possível as ir inspecionar. Tomadas medidas mais urgentes relativamente ao posto de Mossamedes, impunha-se-me tratar com a maior actividade e energia do estabelecimento dos serviços da retaguarda, a cuja frente coloquei o major de infantaria Romeiras de Macedo.

Neste assunto havia a considerar o seguinte:

a) os transportes até á base da serra da Chela.

b) os transportes através da serra da Chela,

c) os transportes do alto da Chela (Quilemba) até á zona das operações.

Quando cheguei a Mossamedes encontrei este serviço entregue a duas entidades diferentes, uma o comando da chamada zona do interior, delegado do Governo da provincia e tendo a seu cargo os transportes do litoral até ao planalto; outra o comando da zona da retaguarda, delegado do comando das tropas expedicionarias e tendo á sua responsabilidade os transportes no planalto. Com quanto uma tal organização estivesse em harmonia com os principios gerais estabelecidos para o serviço do exercito em campanha, na Metropole, ela não correspondia ás necessidades duma campanha colonial, em que é indispensavel haver a maior unidade de acção em todos os serviços. Assim, apesar de, tanto a zona do interior como a zona da retaguarda terem á sua frente oficiais distintos e zelosos, a experiencia até então feita não aconselhava a conservação duma tal organização. Por isso resolvi suprimir a zona do interior e considerar só a zona da retaguarda com todo o serviço entre o litoral e a frente de operações.

Todo o serviço da segunda linha ficou portanto a cargo da Direcção do Serviço de Étapes, constantemente orientada pelo comando superior, que assim tinha facilidade em fazer executar as suas ordens.

Para os transportes até á base da serra da Chela havia o caminho de ferro de via reduzida, com pequenas locomotivas já muito esfalfadas e um material circulante muito reduzido e gasto. Esta linha ferrea só era explorada até Vila Arriaga (kilometro 169) e o maximo rendimento que se tinha conseguido era de 28 a 30 toneladas diarias, que eram consumidas com os transportes exigidos pelos abastecimentos das tropas estacionadas no planalto não permitindo portanto não só o fazer internar as que se encontravam em Mossamedes, mas tambem criar os indispensáveis depositos ao longo da linha de étapes. Impunha-se pois modificar esse estado de coisas com a maior urgencia e assim tendo obtido o consentimento de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colonias, empreguei os maiores esforços para adquirir locomotivas mais poderosas e mais novas do que as existentes conseguindo, depois de numerosas canseiras, adquirir três na Africa do Sul, que ainda tiveram de sofrer transformações na cidade do Cabo, pois tinham sido construidas para via mais larga do que a de Mossamedes, e dei ordem para se continuar a construção da via ferrea, que chegou mais tarde a ser explorada até ao kilometro 184, graças aos esforços do capitão Montalvão.

Igualmente tentei estabelecer com carros boers uma linha de étapes de estrada entre Mossamedes e o planalto, mas a experiencia foi infeliz, porque, por falta de água, a maior parte dos carros boers viram-se impossibilitados de marchar por lhes morrerem os bois das respectivas expanas. Os transportes através da serra da Chela eram feitos por carregadores, meio este pouco rendoso e muito caro, por isso para a hipotese das operações serem prolongadas por qualquer motivo impre-

visto, ainda para garantir os transportes indispensáveis para as tropas que no final da campanha ficassem na ocupação, ordenei ao engenheiro Torres, muito conhecedor da região e de trabalhos de viação, que procedesse á construção de uma estrada para automoveis que ligasse o *terminus* da via ferrea em exploração com o alto da Chela, devendo essa estrada ser facilmente aproveitada para mais tarde, com ligeiras modificações, se transformar na continuação da referida via ferrea.

Devo aqui dizer que tendo na minha passagem no Lobito, conversado com Mariano Machado, director do caminho de ferro de Benguela e grande conhecedor de trabalhos ferroviarios em Africa, ele me garantiu que a linha de Mossamedes há muito teria subido a serra de Chela se a nossa engenharia tivesse um espirito mais pratico e tivesse portanto encarado o problema por forma a fazer essa subida com a bitola de 0<sup>m</sup>,60, que se adapta a todos os terrenos, e tivesse renunciado, pelo menos temporariamente, ao projecto de continuar a construção da linha ao longo da serra por forma a poder vir a ser-lhe adaptada a bitola de 1 metro, o que exigia curvas e rampas em condições de tornarem essa construção em coisa que tende a eternisar-se e que já tem dado lugar a estudos sem conto, que datam há já 30 anos! Devo ainda acrescentar que Mariano Machado, tendo ido a Mossamedes no mesmo paquete em que eu fui e tendo, por sua iniciativa e por mera curiosidade percorrido a via ferrea e subido a serra de Chela, após essa digressão, manteve a sua opinião.

Essa estrada de automoveis ficou completa no final das operações, prestando já grandes serviços na retirada das tropas e continuando a prestá-los, como prolongamento da linha ferrea para alimentação dos postos de ocupação e das proprias localidades do interior do distrito de Huila.

Um outro assunto a que dediquei a maior atenção

foi ao desenvolvimento intenso da construção de estradas para automoveis e linhas telegraficas na direcção do Cunene e do Cubango, para o que mandei proceder a reconhecimentos e fiz seguir para o interior o comandante de engenharia com plenos poderes para dirigir esse trabalho com o concurso das autoridades locais. O muito que este official conseguiu consta do seu relatorio.

Tendo, pouco depois da minha chegada a Mossamedes, ido ali conferenciar comigo o tenente-coronel Alves Roçadas, fui por ele informado da situação no distrito de Huila e prometi-lhe ir brevemente aos Gambos, onde esse official tinha o seu quartel general, pedindo-lhe para conservar o comando das tropas já estacionadas no planalto, até ao inicio das operações, momento este que lhe daria a missão que as circumstancias aconselhassem e em harmonia com a sua categoria. A este oferecimento se reservou Sua Ex.<sup>a</sup> para responder quando eu fosse aos Gambos, visita que se efectuou em fins de Abril acompanhado pelo Chefe do Estado Maior e por um dos meus ajudantes, tendo feito a viagem entre o alto da Chela (Quilumba) e os Gambos de automovel, em circumstancias que me causaram a mais profunda alegria, pois me mostraram a nenhuma razão que tinham aqueles que, tanto em Lisboa como em Angola, afirmavam ser completo o fracasso a que estava condemnado este meio de transporte. Esta optima impressão transmiti ao Sr. Ministro das Colonias instando mais uma vez pela rápida remessa dos camions requisitados. Logo que cheguei a Mossamedes e que tomei conhecimento da situação que ali fui encontrar, informei, como me cumpria, o sr. Ministro das Colonias por telegramas, confirmados por officios.

Iguais informações mandei no meu regresso do planalto e como nesta ocasião tinha sido nomeado para a pasta das Colonias o Sr. Almirante Teixeira Guimarães,

julguei dever, ao fazer os cumprimentos do estilo, provocar uma demonstração de confiança que Sua Ex.<sup>a</sup> me concedia, afim de saber se podia continuar os meus trabalhos relativos á preparação das operações. Foi-me essa confiança afirmada nos termos mais categoricos; porém Sua Ex.<sup>a</sup> aproveitou a ocasião para me significar quanto o país estava ansioso por ver restabelecido o nosso prestigio perante o gentio, deixando Sua Ex.<sup>a</sup> claramente entrever que devia ser considerada como uma questão muito secundaria ou mesmo sem importancia a liquidação dos factos occorridos com os alemães. Não podendo por forma alguma deixar de continuar a considerar esta ultima questão como primordial, assim o comuniquei a Sua Ex.<sup>a</sup> que, com o seu silencio, pareceu conformar-se com a minha orientação.

Continuando a ter noticias das operações do General Botha, por intermedio do Consul inglês, e vendo por essas noticias, que o avanço das tropas inglesas da União progredia com relativa celeridade, de modo a empurrar os alemães para a nossa fronteira, comecei a preocupar-me bastante com a possibilidade de essa fronteira ser atingida antes das tropas do meu comando ali se encontrarem e por isso redobrei de esforços para que me fossem enviados o mais brevemente possível os 80 camions, requisitados estando eu ainda em Lisboa, e em telegramas constantemente lembrados, bem como os restantes meios de transporte (carros alentejanos) na mesma ocasião pedidos; mandei o "Ambaca", ainda a meia descarga, à cidade do Cabo buscar as três locomotivas que ali adquirira por intermedio do nosso consul, pois não podia obter qualquer outro transporte a não ser que esperasse pelo rápido de Moçambique, o que representava uma demora enorme e prejudicialissima, e tendo recebido comunicação de que 10 camions estavam a chegar a Mossamedes e que os restantes 70 chegariam daí a dias, dispuz tudo para poder fazer o

mais rapidamente possível a ocupação do Humbe. Para isso ordenei que se completasse a organização das unidades que tinham partido da Metropole incompletas, que se estabelecesse em harmonia com as necessidades das futuras operações a linha de étapes, sendo preciso, tanto para uma coisa como para outra, desfazer algumas das unidades montadas, para cederem o seu pessoal, gado, e até algum material.

A grande dificuldade em obter elementos necessários para uma conveniente linha de étapes através dos distritos de Mossamedes e Huila levou-me a nem sequer poder pensar em estabelecer uma outra linha baseada no caminho de ferro de Benguela e que com aquela cooperasse, pois mesmo só para a linha que estabeleci, tive que lançar mão das praças do batalhão de infantaria 14 que ainda estavam em estado de fazer serviço e tive que mandar ir de Loanda uma bateria de artilharia 3 e a companhia de infantaria 20, sendo as duas primeiras completamente desfeitas bem como a bateria de artilharia 2 que estava em Mossamedes e uma outra bateria de montanha que se encontrava na Chibia.

A organização da linha de étapes foi estabelecida segundo a proposta do director do serviço de étapes levemente modificada e o seu funcionamento consta dos relatórios do mesmo director e do seu chefe do estado maior.

Tendo recebido comunicações, ainda que vagas, que assinalavam a presença de alemães no nosso posto abandonado do Cuangar, com tendência a internarem-se pelo vale do Cubango, resolvi reforçar as tropas da região de Cassinga e assim criei um destacamento com o fim de vigiar o referido vale, destacamento cujo comando dei ao major de Infantaria Reis e Silva, que recebeu as devidas instruções.

Durante esta minha primeira estada em Mossame-



des, foram-se sucessivamente montando os diferentes serviços para o que fiz publicar o seguinte:

Instruções para o serviço telegrafico.

- " " " " postal.
- " " a contabilidade e fiscalisação.
- " " o serviço dos depositos de fardamento e subsistencias.
- " " o serviço do rebanho de abastecimento e parque de rezes.
- " " o serviço das padarias.

Nesta altura teve lugar o primeiro contacto das forças do meu comando com o gentio revoltado, contacto efectuado pelas nossas tropas avançadas que se encontravam no Tchicusse, sob o comando do 1.º tenente Cerqueira, e que a pedido instante do superior da missão de Tchipelongo foram em socorro da mesma, inflingindo uma severa lição ao gentio, e portandose com uma valentia que bem mostrou quanto tinha a esperar dessas belas tropas (batalhão de marinha e 15.ª companhia indigena de Moçambique) que mais tarde nos combates de Mongua, tão brilhantemente se houveram. O que foi esta primeira entrada em operações, não prevista, muito bem o diz o relatorio do 1.º tenente Cerqueira Tambem por essa ocasião eu estava já ilucidado sobre a situação além Cunene, relativamente aos alemães, pois tinha recebido relatorios de reconhecimentos que confirmavam a sua ausencia das proximidades de Naulila e de toda a fronteira de ali para o Sul.

Para haver a menor perda de tempo na realização de todas as medidas tendentes à aceleração da entrada em operações, combinei com o chefe do estado maior o seguinte:

Ficar ele em Mossamedes a ultimar a mobilisação das unidades ali estacionadas para providenciar sobre

o desembarque das novas locomotivas e dos automoveis e para pôr as primeiras a trabalhar e os segundos em marcha para o Lubango, e ir eu para esta localidade, acompanhado pelo sub-chefe do estado maior e por um dos meus ajudantes, para aí activar tudo o que respeitava ás linhas de étapes, na direcção de Cassinga e do Cunene, e á preparação do avanço para o Humbe de parte das forças estacionadas no planalto, afim de ali se estabelecer a base das operações a efectuar alem Cunene.

Fiz avançar para os Gambos o batalhão de infantaria 17 e a bateria de metralhadoras, que estava na Chibia, e para o Tchiepépe o esquadrão de cavalaria 11, que estava na Humpata: forneci ao batalhão de marinha e á 15.<sup>a</sup> companhia indigena de Moçambique o que careciam para poderem avançar e constitui o destacamento destinado à reocupação do Humbe e tendo-me o chefe do estado maior telegrafado participando que duas novas locomotivas já trabalhavam e que se estava a ultimar a montagem da terceira, a maior, estando ao mesmo tempo em caminho de Lubango os 70 camions desembarcados no dia 19 de Junho em Mossamedes (os outros 10 já tinham dias antes chegado a Lubango) telegrafei-lhe por minha vez dizendo que marchasse a juntar-se-me nos Gambos, para iniciarmos o avanço para o Humbe. Tendo ele ali chegado a 3 de Julho, imediatamente partimos, em automovel, para o Tchecusse, onde o destacamento destinado a recuperar o Humbe já estava concentrado. Este destacamento era comandado pelo coronel Verissimo de Sousa, que tinha como chefe do estado maior o capitão de artilharia, com o curso do estado maior, José Esteves de Mascarenhas. Um outro destacamento constituido apenas por parte dos esquadrões de cavalaria n.º 9 e 11 e pelos auxiliares boers, comandado pelo major Vieira da Rocha, saíu na mesma ocasião dos Gambos igualmente com destino ao Humbe, mas

devendo marchar pelo Otchinjau e Dongoêna para bater esta ultima região. Havendo toda a conveniencia em estabelecer communicações directas entre os Gambos e o Mulondo, encarreguei o capitão Roby, meu official ás ordens, de realisar o reconhecimento dos caminhos entre essas localidades, tendo esse official iniciado a marcha no dia 3 de Julho.



## II

### Execução das Operações

O destacamento destinado á reocupação do Humbe, conseguiu alcançar o seu objectivo no dia 7 de Julho, ás 14 horas, sem ter encontrado a menor resistencia por parte do gentio, mas lutando com grandes dificuldades em agua, pois as cacimbas que se encontravam ao longo do Caculovar estavam quasi completamente secas. Momentos depois do destacamento do comando do coronel Verissimo chegar ao Humbe, ahi chegou tambem o destacamento comandado pelo major Vieira da Rocha, o qual conseguiu raziar a região que percorreu sem nenhuma entrave.

A residencia do Humbe, a fortaleza e as suas casas dos comerciantes, eram encontradas incoadadas, tendo o incendio tido lugar por ocasião da retirada de Naulila. Acampadas as tropas no Humbe, no terreno comprehendido entre a fortaleza, principiaram as apresentações de gentio, notando-se porem que este se fazia representar quasi exclusivamente por velhos, mulheres e crianças (todos com aspecto esquelético). Os homens válidos tinham passado o Cunene, procurando refugio no Cuamato e no Cuanliama.

No dia 9 fui, com o chefe do estado maior e outros officiaes do meu quartel general, reconhecer o Cunene, junto do forte Roçadas, e verifiquei que este forte tambem fora incendiado, encontrando-se nele apenas alguns leitos de ferro em estado de se aproveitarem. Demorei-me no Humbe até ao dia 11 e as informações que ali colhi sobre os alemães, e os indigenas eram, quanto aos primeiros, que a sua presença junto á fronteira só se assinalava para os lados do Cuangar, e

quanto aos segundos, que se mantinham na expectativa, nada dispostos a apresentarem-se e, pelo contrario, resolvidos a oporem-se á nossa marcha alem Cunene. Sendo necessário activar o mais possível a concentração no Humbe do grosso das forças do meu comando, e tendo eu reconhecido que a simples acção da minha presença muitas dificuldades fazia desaparecer, resolvi voltar ao Lubango para fazer completar os preparativos para a marcha das unidades que ainda se encontravam no planalto, mas, como ao mesmo tempo era necessário completar a organização da base de operações, no Humbe, fazer reconhecimentos no Cunene e consolidar as posições, contra qualquer tentativa de agressão ás tropas já ai estacionadas, por parte dos alemães ou do gentio, ou de ambos os inimigos, julguei conveniente, durante a minha curta ausencia, encarregar da orientação directa desses trabalhos o meu chefe de estado maior, que por isso ali deixei, acompanhado de um dos meus ajudantes e de um adjunto do meu Quartel General.

Recebi no Lubango o telegrama participando que os alemães da Damaraland se tinham rendido ao general Botha e com verdade deve dizer-se que foi esta a noticia mais desagradável que em toda a campanha me chegou. Mas como o homem põe e Deus dispõe, necessário era adaptar-me à nova situação, encará-la tal como os factos a apresentavam e tomar immediatamente as medidas correlativas. Ficava só em campo o gentio, tinha-se portanto simplificado a minha tarefa, mas nem por isso ela tinha ficado, como à primeira vista poderá parecer, uma tarefa fácil.

O gentio revoltado era aguerrido e muito numeroso (Cuanhama, Cuamato, E'vale, alguns Cuanbis, e foragidos do Humbe e Dongoêna), segundo dados colhidos em autoridades, como Eduardo Costa e João de Almeida, e as informações por mim obtidas, o seu effectivo total deveria orçar por uns oitenta a cem mil

combatentes e era necessário ter em conta que tinham o moral muito levantado pela retirada das nossas forças após os acontecimentos de Naulila, e tinham sido em grande parte instruídos pelos alemães, dando-se ainda a circunstancia de à frente da coligação se encontrarem os Cuanhamas, que nunca tinham sofrido o nosso dominio e cujo estado de civilização já era, segundo todas as fontes de informação, muito apreciável.

A missão que tinha neste momento a efectuar era portanto a occupação do Cuanhama e a reoccupação de todo o outro territorio de alem Cunene que tinha sido abandonado, e que representava uma area enorme a submeter simultanea e rápidamente, por isso que havia necessidade de ter as operações terminadas no inicio das chuvas (fins de Setembro) afim de não correr o risco de ficar com as estradas intransitáveis, e havia igualmente necessidade de encurtar o mais possível a permanencia alem Cunene de grandes efectivos que a importancia da coligação gentilica e a necessidade de simultaneidade de acção exigia, porque a deficiencia dos meios rápidos de transporte não permitia alimentar esses efectivos a tão grande distancia do litoral (600 kilometros) senão o tempo indispensável para quebrar a resistencia ao adversário, ficando depois das regiões batidas só as tropas indispensaveis para a sua occupação.

Como a rendição dos alemães tornava desnecessária uma forte observação no Vale do Cubango, ficava-me disponivel o destacamento de Cassinga, do comando do major Reis e Silva, e por isso concebi o seguinte projecto de operações que depois executei. Esse destacamento retrocederia para o Capelongo: desceria o Cunene até ao Mulondo e aí aguardaria ordem para oportunamente seguir até ao Cafú e ir reoccupar o Évale; e com as restantes forças a concentrar no Humbe, eu constituiria mais tres destacamentos: um bastante forte, para ocupar o Cuanhama; outro um

pouco mais fraco, para reocupar o Cuamato, e outro ainda mais fraco para reocupar o Dongoêna, Naulila e vigiar as passagens do Cunene, dali até ás cataratas de Ruacana. Poderá parecer uma incoerencia que, tendo eu no meu primeiro projecto de operações, apresentado em Lisboa a Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colonias, em vista proceder com as forças do meu comando o mais concentradas possivel, agora as divida por quatro destacamentos, porem tal incoerencia não existe, porque na guerra é preciso adaptar sempre a nossa conduta ás circumstancias e estas muito tinham variado.

Esse primeiro projecto de operações era para opor a alemães e portanto, visava a que, por forma alguma nos viessemos a chocar com eles sem termos uma garantida superioridade numerica: ao passo que o que eu ia de facto executar era contra indigenas, cujo valor guerreiro, apesar de considerável, se não deixa comparar com os alemães, e contra indigenas que pelos motivos atraz apontados, tinham de ser rápidamente batidos, e essa rapidez só com simultaneidade de acção se podia obter, simultaneidade que tinha ainda como consequencia muito valiosa o evitar a acção em massa do indigena, pois cada qual trataria, sem duvida de defender o seu territorio logo que o visse atacado. Alem disso apesar da auscncia da telegrafia sem fios, por mim tão insistentemente pedida e que preciosos serviços prestaria na ligação dos destacamentos, estes, dada a distancia a que operariam uns dos outros, poderiam dar-se a mão, em caso de necessidade.

Mas a amentar as dificuldades da minha tarefa ainda havia a circumstancia muito ambaraçosa de eu, tendo carros alentejanos e muares bastantes para dotar as unidades com os transportes indispensaveis para uma marcha em boas condições, ter de reduzir o mais possivel o numero de carros e ter, de em vez das duas parelhas por carro que a natureza arenosa do terreno exigia, destinar-lhe apenas uma parelha, visto a impos-



sibilidade de transportar agua e forragens para tanto gado, pois a região a atravessar não tinha água nem capim e os camions mal chegarem para o transporte de viveres e água para o pessoal. São evidentes as dificuldades que resultariam de aumento de pessoal e gado.

Vejamus rapidamente a razão deste meu procedimento :

Os carros alentejanos foram carregados, em media, a 750 quilos e como disse tirados a uma parelha.

1.º — Se a carga media dos carros alentejanos regulasse por 500 quilos e fossem tirados a duas parelhas, resultava o seguinte :

Duplicaria o numero de carros;

Quadruplicaria o numero de condutores e solipedes.

Exemplificando :

O destacamento do Cuanhama levou uns 140 carros alentejanos com uma tonelagem de 105.000 quilos (a 750 cada carro):

Condutores .....	140
Solipedes .....	280
Carros alentejanos .....	140

Para se transportar a mesma tonelagem em carros a 500 quilos e a duas parelhas, seriam precisos

Condutores .....	420
Solipedes .....	840
Carros alentejanos .....	210

Haveria portanto um aumento de 70 viaturas, 560 solipedes, 280 condutores.

Mas como este pessoal e gado teria de ir abaste-

cido de 7 dias de viveres e de forragens com que ia abastecida a coluna, temos:

$$\left. \begin{array}{l} \text{Viveres } 7 \times 2, 58 \times 280 - 5056 \\ \text{Forragens } 7 \times 5, 5 \times 560 - 19600 \end{array} \right\} 24656 \text{ quilos}$$

que exigiriam para o seu transporte mais

Carros.....	48
Solipedes .....	192
Condutores .....	96

Por sua vez, este pessoal e gado teriam de ir igualmente abastecido, temos pois:

$$\left. \begin{array}{l} \text{Viveres } 7 \times 2,58 \times 96 - 1733 \\ \text{Forragens } 7 \times 5, 5 \times 92 - 6720 \end{array} \right\} 8453 \text{ quilos}$$

que exigiriam para seu transporte mais

Carros.....	17
Solipedes .....	68
Condutores .....	34

E entrando novamente em conta com o abastecimento deste pessoal e gado, temos:

$$\left. \begin{array}{l} \text{Viveres } 7 \times 2,58 \times 34 - 614 \\ \text{Forragens } 7 \times 5, 5 \times 68 - 2380 \end{array} \right\} 2994 \text{ quilos}$$

para os quais seriam necessarios mais

Carros.....	6
Solipedes .....	24
Condutores .....	12

Repetindo, por ultimo, para este pessoal e gado, as considerações acima feitas, temos

$$\left. \begin{array}{l} \text{Viveres } 7 \times 2,58 \times 12 - 216 \\ \text{Forragens } 7 \times 5, 5 \times 68 - 840 \end{array} \right\} 1056 \text{ quilos}$$

para o transporte dos quais eram precisos mais :

Carros.....	2
Solipedes .....	8
Condutores .....	4

Em resumo, tendo o destacamento do Cuanhama, levado :

	Carros	Solipedes	Condutores
passaria a levar	140	280	140
	283	1132	566

Isto é:

Duplicaria o numero de carros.

Quadruplicaria o numero de condutores e solipedes.

2.º — Se os carros alentejanos fossem carregados a 750 quilos e tirados a duas parelhas, fazendo os calculos identicos aos anteriores e que nos dispensamos de reproduzir, ver-se-hia que seriam necessários :

Carros alentejanos.....	162
Solipedes.....	648
Condutores.....	324

3.º — Por ultimo, se os carros fossem a 500 quilos e a uma parelha seriam precisos :

Carros alentejanos.....	218
Solipedes.....	436
Condutores.....	324

Do quadro seguinte resaltam claramente as dife-

renças em material, pessoal e gado que resultariam da adopção de um ou outro dos processos apontados :

	Condutores	Carros alentejanos	Solipedes
Carros a 500 quilos e a duas parelhas	566	283	1132
Carros a 750 quilos e a duas parelhas	324	162	648
Carros a 500 quilos e a uma parelha	218	218	436
Carros a 750 quilos e a uma parelha	140	140	280

Em primeiro lugar, não era possível fazer convergir mais viveres e forragens para a base de operações, pois o rendimento que se obteve nesse serviço foi o máximo que era possível conseguir com os meios de comunicação existentes. Nestas condições, para se aumentar o abastecimento da base de operações, seria forçosamente necessário adiar o início da campanha, o que seria muito prejudicial por causa da aproximação da época das chuvas. Mas admitindo mesmo que não havia inconveniente nesse adiamento, restava outra dificuldade verdadeiramente insuperável. Era a impossibilidade de se fazer o abastecimento da água, a este respeito qualquer aumento em pessoal e gado só viria agravar consideravelmente a já de si bem delicada situação do destacamento do Cuanhama. Com a solução adoptada poderá parecer que os carros iam bastante carregados e que o esforço exigido ao gado era talvez excessivo. É preciso porém não esquecer que esse inconveniente se atenuava rapidamente, chegando

mesmo a desaparecer, pois dia a dia se iam consumindo os viveres e forragens transportados nesses carros.

Iniciei pois as operações já com a certeza de que tinha de sujeitar as tropas do meu comando a toda a especie de desconforto e, o que é mais, à fome e à sede, mas não hesitei um momento em fazê-lo, fiado no seu patriotismo e impulsionado pelo convencimento de que as operações, a não se realizarem naquele momento só no ano seguinte se fariam, se se fizessem e que esse adiamento representaria um grande gasto de dinheiro e vidas e o que era pior, um grande desprestígio perante o gentio e perante nós próprios.

Iniciadas as marchas de concentração no dia 10 de Julho ficaram terminados e constituídos os destacamentos do Cuanhama, Cuamato e Naulila, ordenei que todos estes e o do comando do major Reis e Silva, que já se encontrava no Malondo, e, como atrás disse se destinava à reocupação do Évale, marchassem sobre os seus objetivos. Tudo me levava a crer que o destacamento do Cuanhama seria o que encontraria maior resistencia; por isso o acompanhei.

Não iniciarei a descrição das operações sem deixar registada a profunda magua que me produziu a noticia de que o meu oficial às ordens, Capitão Roby, que como já referi, encarregara o reconhecimento das comunicações entre os Gambos e o Molundo, encontrou a morte traiçoeira, perto desta ultima localidade, sendo vitima da sua grande valentia.

\*

O destacamento do E'vale e Naulila realizou a sua missão sem encontrar a menor resistencia, o do Cuamato encontrou alguma resistencia por parte do gentio dirigido pelo lenga Chatonguela, mas com alguns tiros, feitos pela bateria de montanha, foi ela completamente aniquilada. Quanto ao destacamento do Cua-

nhama, as dificuldades que teve a vencer foram dignas de especial registo.

No primeiro dia de marcha (até ao Cunene) não houve a menor contrariedade. No segundo dia a passagem do vau de Chimbua, que levou 3 horas e 30 minutos, custou grandes esforços ao gado e ao pessoal dos carros e das unidades montadas, o que fez com que a marcha não pudesse ir além da Chana das Palmeiras; mas o gentio não deu sinal de si, encontrando-se apenas vestígios dos espias. Nos dias 14, 15 e 16 a natureza arenosa do terreno e a grande falta de água tornaram a marcha muito morosa, e as étapes demasiado curtas (em media 8 kilometros) continuando a não se ver senão o rasto dos espias, mas no fim da marcha do dia 16, ao anoitecer, a cavalaria e os auxiliares assinalaram a concentração do gentio na direcção das cacimbas da Mongua, em atitude declaradamente hostil, e como segundo indicação dos guias, essas cacimbas ficavam a uns 2 kilometros da local do estacionamento, devido ao adeantado da hora, não podiam ser ocupadas imediatamente, mandei durante a noite, fazer alguns tiros de artilharia, afim de evitar que a agua fosse envenenada, ou mesmo esgotada pois nesse momento o encontrar água era a minha principal preocupação. No dia 17 marchamos on direcção das referidas cacimbas, atravessamos a zona de terreno chamada *borda da terra*, ou seja a verdadeira entrada no territorio Cuanhama, e logo que a exploração (cavalaria e auxiliares) atingiu as proximidades do local onde as cacimbas estavam situadas, foi recebida por viva fuzilaria, feita pelo gentio que depois soube ser dirigido pelo lenga Calola, encarregado da defesa da fronteira, e que tinha como auxiliares os foragidos do Humbe. O destacamento fez alto, passou á formação de quadrado, recolheu a exploração e fez alguns tiros de artilharia, que prontamente obrigaram a calar o fogo adverso, saindo então a cavalaria a ba-



1911





ter novamente o mato, não encontrando já resistencia. Depois o destacamento continuou a marcha e foi estacionar no sitio em que os guias diziam estar as cacimbas. Efectivamente ali encontramos umas, porem quasi completamente secas!

Até ao cair da tarde, alguns pretos nossos auxiliares, que se tinham espalhado pelo mato em procura de mais cacimbas, vieram dizer que tinham encontrado, a uns 2 kilometros de distancia, umas trinta com alguma agua, mas que estavam defendidas pelo gentio, que os recebera a tiro. Como já tinha morrido bastante gado, de fadiga e sêde, e já nos tinhamos visto forçados a abandonar alguns carros, com parte das respectivas cargas, resolvi dar um descanso, e no dia seguinte apossarmo-nos dessas cacimbas, transferindo o estacionamento para junto delas. No dia 18, quando estavam a fazer-se os ultimos preparativos para levantar o bivaque, para esse fim, pelas 8 horas e 30 minutos, vimo-nos repentinamente atacados intensamente, principalmente pelas faces leste e norte, com nutrida e certa fuzilaria de armas aperfeiçoadas.

Respondemos prontamente com fogo de artilharia, metralhadoras e infantaria, mas o gentio, dispondo em abundancia de munições e utilizando optimamente os abrigos oferecidos pelos numerosos môrros de salalé e pelo proprio arvoredado, conseguiu aproximar-se muito do quadrado, varrendo-o em todas as direcções com os seus fogos e causando-nos em pouco tempo, importantes baixas, em officiais, praças e gado. Assim pouco depois de iniciado o combate encontraram-se gravemente feridos o chefe do estado maior do destacamento, capitão Pires Monteiro; o major Pala, comandante de artilharia, o comandante do trem de combate capitão Cortez; o alferes Mamede Pires da 15.<sup>a</sup> companhia indigena e varias praças. A parte investida afrouxou pelas 11 horas e 30 minutos e então mandei sair o grupo de esquadrões, que, carregou sobre o gen-

tio conseguindo dispersá-lo, mas á custa de várias baixas, e entre estas a do alferes Damião, desaparecido e a do alferes Mateus gravemente ferido (ambos de cavalaria 11). Foi ainda ferido, durante o combate, o tenente Ataide de Oliveira, da 15.<sup>a</sup> companhia indigena de Moçambique. Tivemos neste combate:

Mortos	{ Oficiais... 1 Praças... 15	Feridos	{ Oficiais... 6 Praças... 24

As baixas em solipedes foram :

Mortos.....	47
Feridos.....	

Fizemos um largo consumo de munições, tanto de artilharia como de infantaria, derivado da intensidade do ataque e do nervosismo proprio de um primeiro combate. Resolvi adiar a tomada das cacimbas para o dia seguinte e tratar de entrincheirar-me no local em que nos encontravamos, reciando novo ataque durante a noite. Confesso que não esperava uma tão dura investida do gentio, nem que este estivesse tão bem armado, municiado e instruido. Verificou-se que tinham muitas "Mausers" alemãs, muitas "Kropatcheks" e inumeras "Martini", abundante municiamto e que eram optimos atiradores. As nossas tropas sofreram o seu baptismo de fogo com a maior valentia, sofrendo a primeira investida em pé e procedendo depois á abertura de trincheiras debaixo de uma verdadeira chuva de balas. Tendo de esperar que continuassemos a ser rijamente hostilizados, mandei nesse mesmo dia, ordem ao chefe de estado maior do serviço de étapes, que se encontrava no Humbe a dirigir o abastecimento e a ligação dos destacamentos, para mandar vir munições da retaguarda e prever a hipotese de qualquer dos destacamentos laterais ter de cooperar com o do Cuamhama, dizendo-lhe que informasse o do Cuamato,

que eu sabia ter atingido já o seu objectivo, da conveniencia de, sendo possível, fazer uma demonstração sobre a Ngiva (embala do soba do Cuanhama) afim de fazer com que o gentio dividisse os seus esforços e assim diminuísse a opressão que estava a exercer sobre o do Cuanhama.

O municciamento do destacamento do Cuanhama era ainda abundante, mas julguei conveniente estar prevenido para a pior hipotese. No dia 19, á mesma hora, durante o mesmo tempo, e o mesmo impeto da vespera fomos novamente atacados tendo sido mortos o capitão Sousa, de infantaria 17, por uma bala que, atravessando o quadrado, o foi atingir na nuca. Houve tambem uma praça morta e ferido o tenente Passos e Sousa, de infantaria 17, 6 praças e um condenado.

Terminado o combate, evacuamos os feridos, nos camions de retorno, mandamos comunicação directa da situação por intermedio de um preto de confiança, ao comandante do destacamento do Cuamato, mostrando-lhe a conveniencia de fazer a demonstração sobre a Ngiva; e pelas 15 horas iniciamos o deslocamento do quadrado para junto das cacimbas, realisando a marcha debaixo de algum fogo e com o gado quasi sem poder puxar, devido á sede. Foi penoso o pequeno trajecto, mas conseguiu-se tomar posse das cacimbas, que eram muito numerosas, mas tinham muito pouca agua. Porém, mesmo em tão pequena quantidade, essa agua representou um grande alivio para as tropas e principalmente para os solipedes. Estes encontravam-se incapazes de qualquer esforço, alguns mal se sustentavam em pé, e por isso tivemos que deixar no local do estacionamento anterior todas as viaturas que estavam vacias, tanto as de viveres como as de munições.

A curta deslocação que efectuamos para a mudança de estacionamento (2 quilometros) levou-nos duas horas, pois nos proprios tiros de peças constantemente

era preciso fazer a substituição das muares que caíam sem forças. As cacimbas ficaram defendidas por uma das faces do quadrado, e mal este ficou estabelecido procedeu-se com a maior actividade aos trabalhos de fortificação a que todos expontaneamente se entregaram (tropas auxiliares e até serviçais dos auxiliares). Mas apesar desse trabalho que durou toda a noite só se conseguiu abrigar o pessoal. O estacionamento estava numa pequena elevação, em chana, mas tinha em todas as partes o campo de tiro muito prejudicado pelo arvoredor, mais ou menos espesso, tinha portanto más condições defensivas, mas a posse da agua forçava-nos a mantê-lo.

Ao começo da noite, entre varios pretos que me vieram fazer a sua apresentação, apareceu um cuamato, que nos tinha combatido nos dias anteriores, mas que se dizia arrependido e me queria prevenir de que no dia seguinte seríamos atacados pelas 7 horas, pelo proprio Mandume, soba do Cuanhama, que já se encontrava na visinhança do local do estacionamento com 50 a 60 mil pretos que tinha conseguido reunir (cuanhamas, cuamatas, évaes, alguns cuambis e muitos foragidos do Humbe) com muito bom armamento e 5 carros boers carregados de munições. Fiquei um pouco desconfiado da sinceridade desta informação, ordenei que o informador fosse bem tratado, mas ficasse bem seguro, e não aumentei as precauções contra o gentio porque todas eram normalmente tomadas. Proximo da meia noite houve alarme provocado pela retirada dos postos á cossaça da face norte, que sentiram o gentio no mato fronteiro, avançando, porem, pouco depois esses postos voltaram aos seus logares, não tornando a dar pela presença daqueles.

Rompeu o dia 20 em completa quietação e passaram-se as 7 horas sem que ela fosse alterada, o que parecia indicar que as informações fornecidas na vespera pelo cuamato, que atraz citei, eram infundadas e

em todo o bivaque se ia estabelecendo uma natural satisfação pelas treguas tacitamente concedidas, que muito precisas eram para tratamento do pessoal e gado, e até do material. Porém ainda não eram 7 horas e 30 minutos quando de repente se ouviu de todos os lados dizer "aí vêem eles", e, mal estas palavras eram ditas, todo o quadrado se viu alvejado por intenso fogo, certamente dirigido, e que como nos dois dias anteriores visava especialmente os solípedes. Esta intensidade do ataque manteve-se pelo dia fóra, afrouxando apenas um pouco quando as nossas metralhadoras das faces norte e leste (onde esse ataque foi sempre mais energético) encontravam bom alvo.

Os abrigos para o pessoal evitaram que neste houvesse grandes baixas, porém o gado, que não tinha sido possível proteger, caía varado pelas balas em grande quantidade. Às 15 horas julguei necessário dar um pouco de ar ao quadrado, fazendo carregar a cavalaria devidamente apoiada por alguma infantaria. Com este fim mandei perguntar ao comandante do grupo de esquadrões quantos cavalos tinha em condições de fazer serviço, respondeu que tinha 24, mas pouco depois participou que tinha havido engano, pois em vez de 24 só tinha 4. Nestas condições, só me restava lançar a infantaria sobre os principais núcleos inimigos, porém hesitei um pouco em fazê-lo, porque para isso era preciso desguarnecer as faces e eu receava que o gentio que tão destemido se mostrava, se precipitasse sobre alguns dos pontos fracos que nos descobrisse e viesse estabelecer a confusão no quadrado, com todas as suas funestas consequências.

Mas chegaram as 16 horas, a intensidade do fogo não abrandava e não convinha, por forma alguma, deixar chegar a noite sem termos obtido esmagadoras vantagens sobre o gentio e por isso mandei ordem às duas faces mais atacadas, norte e leste, para destacarem pelotões alternados que procedessem ao assalto

das posições inimigas. Esta ordem foi cumprida com um entusiasmo enorme por forças de infantaria 17 e da 15.<sup>a</sup> companhia indigena (landins) que guarneciam a face norte e por forças do batalhão de marinha que guarnecia a face leste. Ao primeiro impeto as nossas forças embaçaram perante a resistencia do gentio, mas, à segunda investida, levaram tudo de vencida, fugindo o gentio desordenadamente com o soba á frente, e deixando muitos mortos, alguns horripelmente mutilados pelo nosso fogo de artilharia.

Devo destacar neste brilhante feito de armas o capitão-tenente Cerqueira, que carregou á frente dos seus pelotões, sem que tivesse obrigação de o fazer, dando, mais uma vez, prova da sua tempera inexcedivelmente militar, que o fez mostrar sempre aos seus subordinados ser o primeiro em todos os momentos criticos da guerra, quer derivados dos combates, quer das privações que à guerra são inerentes, como o primeiro era como seu comandante; e igualmente salientarei o procedimento do capitão de fragata Vasconcelos e Sá, chefe do serviço de saude, que, tendo estado, de carabina em punho, nas trincheiras da marinha, depois com ela se lançou na carga, com a maior valentia; e o tenente Ataíde de Oliveira, comandante da 15.<sup>a</sup> companhia indigena de Moçambique, que, à frente dos seus landins, mais uma vez se portou heroicamente, batendo o record dos ferimentos, pois recebeu cinco durante a campanha, sendo o ultimo, recebido neste ataque, gravissimo.

As baixas foram as seguintes :

Mortos	{ Praças... 15 Solipedes 235	Feridos	{ Officiaes..... 35 Praças ..... 15 Solipedes quasi todos

Terminada a carga, percorri as faces do quadrado, acompanhado pelo chefe do estado maior, a felicitar as tropas pela sua bravura e o entusiasmo com que fui

recebido e com que foi saudada a Pátria e a República mostravam-me bem nitidamente aquilo que para mim sempre fôra indiscutível, que nada tinha amortecido o valor do soldado português e que só tinha que orgulhar-me pela sua atitude em todas as situações da dura campanha em que estávamos empenhados. Porém se grande era a satisfação pelos brilhantes resultados dum combate que durara nada menos de 10 horas, das tais que parecem seculos, as minhas preocupações não findavam e apenas mudavam de rumo. Já na vespera os camions de reabastecimento não tinham aparecido e a noite de 20 a 21 decorreu sem que houvesse sinal deles.

Reduziu-se a razão para homens e solípedes a 1 quarto e vimos passar os dias 21 e 22 sem que eles chegassem havendo quasi a certeza de que tinham sido atacados, não só porque os interrogatorios dos pretos que se vinham apresentar assim o indicavam, mas tambem porque por outra forma se não podia explicar a sua ausencia. Já tinha feito duas tentativas para comunicar com o Cunene. Mandando, no dia 21, um automovel com uma força comandada por um sargento de marinha, e no dia 22, dois automoveis com metralhadoras e uma força comandada pelo tenente Roma, sem que tivessem regressado, ou dado qualquer noticia.

A situação era, sem duvida, delicada, mas não desesperada, porque nós distávamos apenas uns 25 a 40 kilometros do Cunene, onde estava o chefe do estado maior do serviço de étapes, conhecedor da interrupção das comunicações, e tínhamos na esquerda o destacamento do Évale, na direita os destacamentos do Cuamato e Naulila, e na retaguarda a guarnição da base de operações do Humbe, e tudo levava a crer que o referido official sabedor pela comunicação enviada no dia 18 de que o destacamento do Cuauhama estava a lutar com grandes dificuldades, derivadas

das baixas em gado e da grande energia com que o gentio estava atacando, e depois, vendo-lhe cortadas as comunicações, havia de ter informado esses destacamentos ácerca da situação e providenciar para o prompto restabelecimento dessas comunicações. Era portanto uma questão de horas más a passar, porque, fosse donde fosse, da esquerda, da direita, ou da retaguarda a intervenção havia de dar-se de modo a poder-se proseguir nas operações. Dir-se-há que eu podia ter destacado forças para a retaguarda, a restabelecer a ligação com o Cunene. Te-lo-hia feito se tivesse a cavalaria capaz de se mexer, mas com 4 cavalos aptos a marchar, não podia pensar nela, e mandar infantaria com esse fim seria grave erro, porque sendo em pequena força arriscava-se a ser batida, e sendo de um efectivo conveniente, ficava então o grosso do destacamento muito desfalcado e portanto, em perigo perante qualquer outro ataque como o do dia 20. Mas é preciso dizer tudo:—a infantaria difficilmente venceria a distancia ao Cunene, apesar de pequena, atendendo ao seu cansaço, à falta de água e de viveres e à natureza arenosa do terreno. Alem disso, eu receava que a marcha de uma força de infantaria em direcção ao Cunene fosse interpretada pelo gentio, como sendo o inicio da retirada de todo o destacamento do Cuanhama.

O restabelecimento das comunicações tinha, portanto, que ser feito da retaguarda para a frente, e a minha attitude tinha que ser uma: "saber esperar". Adoptei-a com a maior firmeza, resolvido a não a modificar por motivo algum, mas como a situação era, sem duvida, angustiosa, decidi por simples consideração pelos meus camaradas, convocar um conselho de officiais, constituido pelos comandantes de unidades e chefes de serviço. Esse conselho efectuou-se às 22 horas do dia 22, num recanto do quadrado, sem que as praças dessem por tal, e nele, depois de uma exposi-



ção da situação, a meu convite, feita pelo chefe do estado maior, pedi a opinião aos oficiais, presentes, tendo a grande satisfação de ver que, quasi por unanimidade, esses meus camaradas pensavam como eu. O dia 23 passou como os dois anteriores, mas à meia noite fui acordado pelo meu chefe do estado maior, para me dar conhecimento de uma nota que acabara de receber, trazida por um preto, nota em que o comandante do destacamento do Cuamato, comunicava que esse destacamento se encontrava a 15 kilometros da Mongua e que no dia seguinte, até às 15 horas, alcançaria o nosso estacionamento, escoltando um comboio de camions de reabastecimento.

Como por encanto, esta boa nova espalhou-se immediatamente e creio bem que nessa noite ninguem dormiu mais no acampamento da Mongua! No dia seguinte, às 15 horas o coronel Verissimo de Sousa cumpria a sua promessa, e não é vergonha para um soldado confessar que em varios olhos apontaram lagrimas de alegria e reconhecimento. Reconhecimento muito merecido, porque foi devido à sua iniciativa e à do seu chefe do estado maior, capitão Esteves Mascarenhas, que as forças do seu comando, que já estavam prontas a marchar directamente sobre a Ngiva, ao ser conhecido o corte das comunicações do destacamento do Cuanhama, mudaram de objetivo e fizeram rumo ao Cunene, afim de as ir restabelecer; e foi devido à grande resistencia e ao elevado patriotismo dessas forças que, numa das mais brilhantes marchas que aponta a historia das campanhas coloniais, o coronel Verissimo poudo realizar com o mais completo exito a nobre missão que se impôs.

Devo aqui registar que todos estes acontecimentos, cheios de canseiras e até de angustias, se teriam evitado se as forças do meu comando tivessem à sua disposição recursos em telegrafia sem fios, que, ainda em Lisboa, requisitei e pelos quais instei, pois que se eles

existissem, eu teria sempre podido tomar, com maior rapidez, as medidas que a situação impunha.

O comandante do destacamento do Évale que em marcha do Cafú para essa região, recebeu a mesma comunicação que o chefe do estado maior do serviço de étapes mandara para o destacamento do Cuamato, julgou dever proseguir na realização do objectivo que eu lhe marcára, porque receou que o gentio interpretasse mal a sua mudança de rumo, e por isso só no dia 27 poudo chegar à Mongua, fazendo-se acompanhar pelo 1.º esquadrão de dragões. Com os elementos disponiveis destes dois destacamentos, com o que restava do destacamento do Cuanhama e com solipedes que mandei vir da retaguarda entendi dever organizar um novo destacamento bastante solido para poder proseguir nas operações até ao termo que lhes fixara no meu projecto de operações ou seja até à entrada na Ngiva, embala do soba do Cuanhama, e ocupação de todo o sobado.

Estando presente o Coronel Verissimo de Sousa, official meu immediato em graduação, a ele competia o comando deste novo destacamento e muito naturalmente lhe dei para chefe do estado maior o official que nesse cargo já o tinha acompanhado durante toda a campanha, o capitão Esteves Mascarenhas.

No dia 2 de Setembro iniciou-se a marcha sobre a Ngiva e o que ela representou em intenso esforço, para as tropas, apesar de não ter havido combates, consta do respectivo relatorio, bastando aqui dizer que se repetiram as inclemencias já sofridas até a Mongua, e originadas pela constituição arenosa do terreno, pela grande falta de agua e ainda pelas erradas informações dos guias, que me garantiram que a ultima étape — Oxinde à Ngiva — era no maximo de 12 kilometros, quando depois, ao percorre-la, verificámos que era de 28 a 30 kilometros. A Ngiva ficava sempre "ali logo adiante", mas nunca aparecia, por fim esses guias de-

clararam que estava no fim duma chana em que entrámos e que levou tanto tempo a percorrer que os soldados lhe pozeram com muita propriedade o nome de «Chana do infinito». Durante a marcha só houve algumas escaramuças entre a exploração e o gentio comandado pelo lenga Calóla.

Nas libatas que fomos incendiando deu-se a detonação de grandes quantidades de cartuchame que o gentio ali depositara. Entramos na embala da Ngiva ás 14 horas do dia 4 de Setembro, encontrando-a ainda fumegante, pois o soba, à nossa aproximação, a mandara incendiar, assim como à missão alemã que lhe fica proxima e de que encontramos só as paredes.

*(Cortado pela censura)*



Tendo-me demorado dois dias na Ngiva, aí recebi apresentações verdadeiramente em massa, ficando com a melhor impressão sobre a indole do gentio Cuanhama, que julgo fácil aproveitar em beneficio nosso e dele proprio. Pelos interrogatorios dos indigenas e depois segundo confessaram os proprios officiaes ingleses que foram visitar o comandante militar da Ngiva, o Mandume (soba do Cuanhama) refugiou-se, com alguns dos seus lengas, na Damaraland, onde lhe mantiveram as honras de soba e onde constitui uma permanente ameaça para o nosso dominio do Cuanhama. Neste sentido oportunamente fiz a minha reclamação directa e ao mesmo tempo informei o Sr. Ministro das Colonias, ignorando até hoje qual foi o procedimento de Sua Ex.<sup>a</sup> neste importante assunto. Como julguei necessario dar a este territorio recentemente occupado uma organização especial, publiquei uma portaria criando o territorio militar do Baixo Cunene, constituido pelo Cuanhama, Cuamato, Evale e Humbe, e

nele procurei estabelecer as precisas garantias para que a sua guarnição não viesse a morrer á fome. Dele nomeei comandante um oficial com larga folha de serviços em Africa e que na campanha comandara distintamente o batalhão de infantaria 17, o major Pires Viegas.

Preparei tudo para a evacuação das tropas para o litoral e para a Metropole, ficando no interior só as indispensáveis para a ocupação, até chegarem os efectivos com que propuz que fosse aumentada a guarnição de Angola. Nomeei um oficial para intendente em Namakunde, afim de ali conjuntamente com um oficial inglês tratar dos negocios relativos à "zona contestada", até que fosse demarcada a fronteira.

Em conformidade com os desejos manifestados pelo encarregado dos negocios indigenas na Damara-land, propus ao Sr. Ministro das Colonias que essa delimitação se fizesse o mais rapidamente possível e tendo tudo disposto por forma a poder vir tratar da minha muito abalada saude, pedi para ser-me enviado o substituto o mais rapidamente possível, lembrando que a escolha recaísse em pessoa experimentada, como os Senhores Norton de Matos ou Massano de Amorim e que emquanto essa pessoa não chegasse a Angola, ficasse a substituir-me o coronel Verissimo de Sousa, a quem essa substituição por todos os títulos, pertencia, transmitindo-lhe eu os necessários poderes que me tinham sido conferidos e lhe eram indispensáveis. Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colonias não se dignou aprovar esta minha proposta, certamente por motivos muito poderosos, mas que desconheço, assim como desconheço as razões que levaram o official por Sua Ex.<sup>a</sup> escolhido para Governador Geral interino de Angola, e logo que assumiu esse governo anular as portarias que publiquei como natural fecho da minha obra, boa ou má.

O futuro dirá quem errou.





\*

Apesar de largamente ter documentado a minha forma de proceder no desempenho da espinhosa missão que tive a honra de desempenhar, muitos documentos deixei de reproduzir, para não me tornar demasiadamente extenso e fugir de parecer ter em vista fazer a acusação de quem quer que fosse. Os documentos que mostram o modo como as forças do meu comando actuaram aqui são todos apresentados, quanto aos outros, na sua maioria, ficam no arquivo, donde no entanto poderão sair se de tal houver necessidade. Não junto os relatorios dos chefes de serviço de saúde e administrativos por ainda não terem sido entregues.

Resolvi não aguardar a sua recepção para não demorar mais a apresentação deste meu relatório, pois reputo da maxima conveniencia que o Governo dele tome conhecimento, afim de poder recompensar aqueles que sob o meu comando, bem mereceram da Pátria e que poderiam tomar como demonstração de pouco apreço pelos seus serviços uma maior demora na sua justa retribuição. Antes de fazer a innumeração desses serviços e de propôr as respectivas recompensas, seja-me ainda permitido fazer umas breves considerações, que julgo convenientes para esclarecimento de alguns pontos importantes, já versados, de relance, no decurso deste relatório, afim de prevenir criticas, sempre faceis quando feitas *á posteriori* no remanso da vida normal, e muitas vezes, com quasi absoluto desconhecimento das circumstancias em que se desenrolaram os acontecimentos sobre que essas criticas incidem.

Um dos pontos que pode merecer reparo é a demora que a maioria das tropas do meu comando teve em Mossamedes. Essa demora foi forçada consequencia, em primeiro lugar, de para ali terem sido mandadas essas tropas antes de estar convenientemente montada uma linha de étapes e em segundo lugar de

não se me terem fornecido os meios de transporte que aqui mesmo em Lisboa pedi e pelos quais depois constante e urgentemente insisti. Esta falta de meios de transporte foi também, a principal causa das privações que as tropas sofreram durante as operações e depois no início da ocupação, pois originou o facto em extremo lamentável de haver postos com enorme falta de viveres quando em Mossamedes havia toneladas e toneladas a deteriorarem-se! No entanto, findas as operações, o trajecto entre Mossamedes e a Ngiva, que anteriormente se fazia em 60 a 80 dias, passou a fazer-se, num caso de urgencia, em 36 horas.

Isto já representa um melhoramento importante para o distrito de Mossamedes e Huila, que viram a sua linha ferrea melhorada e prolongada por estradas de automoveis, em direcção ao Cunene e ao Cubango. Outro ponto que chamará a atenção dos criticos é o da situação do comando superior no periodo das operações, pois dirão que, havendo varios destacamentos devidamente comandados, o logar que me estava indicado era a retaguarda de todos eles, longe da atmosfera dos combates, para com a mais completa serenidade, poder apreciar a situação e providenciar convenientemente. Se eu assim tivesse procedido, certamente seria defensável a minha conduta, mas eu entendi que o meu dever era expôr-me com as tropas do meu comando, e sobretudo passar com os meus soldados todas as privações que as circunstancias me obrigavam a impôr-lhes.

E assim eu acompanhei primeiro o destacamento do Humbe, em cuja marcha os cavalos do meu quartel general estiveram dois dias sem beber e acompanhei depois os destacamentos do Cuanhama e da Ngiva cujas dificuldades a vencer foram quasi insuperáveis. Terei errado mas continuo convencido de que um chefe só merece esse nome quando mostra aos seus subordinados que tem autoridade para lhes impôr os



maiores sacrificios, e essa autoridade provem principalmente do exemplo. Um terceiro ponto fornecerá fácil ataque a quem superficialmente o encarar "o corte das comunicações do destacamento do Cuanhama." Dir-se-há: então exatamente o destacamento mais importante, aquele que ia acompanhado pelo proprio general, foi cortado entre o Cunene e a Mongua? então é porque entre esses dois locais se não estabeleceram postos que deviam ter sido estabelecidos. E dir-se-há mais: tanto esse erro foi cometido que, quando o destacamento do Cuamato foi em socorro do destacamento do Cuanhama teve o cuidado de estabelecer esses postos de ligação.

A isso responderei que a distancia entre o Cunene e a Mongua é apenas de 35 kilometros, distancia que os camions percorriam em uma hora e meia; que os comboios de camions eram devidamente escoltados, tendo sido previsto o caso de lhes dar metralhadoras, e que, portanto, se não tinha julgado necessário o estabelecimento de postos entre o Cunene e a Mongua. A linha de étapes prevista era constituída apenas pelos postos da Chimbua (junto ao Cunene) da Mongua e de Oxinde (proximo de Ngiva). Depois o facto de vir o reforço do destacamento do Cuamato permitiu estabelecer não só postos entre o Cunene e a Mongua, mas tambem entre a Mongua e a Ngiva, mas que de nada serviram, sendo em breve suprimidos.

A causa do corte das comunicações foi uma unica: foi os camions terem, na sua quasi totalidade, chauffeurs civis que, depois de assistirem aos combates dos dias 17 e 18 de Agosto, ficaram aterrados, e logo que se viram atacados, não pensaram senão em fugir, desmoralizados, não sendo possível aos officiais que dirigiam os comboios o detê-los. Alguns destes chauffeurs, ainda depois, no estacionamento da Balunganja, mostraram bem, perante o boato da aproximação do gentio, como perdiam a cabeça, apesar de se encon-

trarem no centro dum fortissimo quadrado, constituído por todo o destacamento da Ngiva.

Este corte das comunicações ainda pode dar logar a outras criticas, que vizem o chefe do estado maior do serviço de étapes, por não ter acedido ao alvitre do comandante da base do Humbe, de ir com tropas desta base restabelecê-las e o comandante do destacamento do Évale, por ao saber da critica situação em que se encontrava o destacamento do Cuanhama, não ter ido imediatamente socorrê-lo, adiando a marcha, para o seu primitivo objectivo. Quanto ao chefe do estado maior do serviço de étapes, acho que procedeu sensatamente, o que nada desmerece o rasgo de valentia do comandante da base do Humbe, porque desguarnecer o Humbe podia representar a transformação de um corte de comunicações *parcial*, num corte *geral*, que então podia traduzir-se num grave reves, risco que não havia necessidade de correr, porque tudo levava a crer que os destacamentos laterais pudessem prestar ao do Cuanhama o preciso socorro, como brilhantemente lhe prestou o do Cuamato. Quanto ao comandante do destacamento do Évale, tambem as razões que alega no seu relatório para proceder como procedeu são aceitáveis, porque o desistir do seu primitivo objectivo podia dar ao gentio do Évale a impressão de uma retirada e permitir que ele reforçasse o Cuanhama.

Passaram-se pois as coisas como se deviam passar e cabendo o maior quinhão de elogios ao comando do destacamento do Cuamato, pela forma como encarou a situação e pela energia com que em harmonia com a mesma, procedeu.

Vou terminar, como é de justiça, fazendo tambem o elogio do adversario, cuja bravura foi inexcedível. Atacar três dias seguidos um destacamento constituído por duas baterias de artilharia de campanha, quatro baterias de metralhadoras, dois batalhões de infanta-

ria e dois esquadrões de cavalaria, estando estas forças em quadrado e aproximando-se delas com uma insistencia que, no ultimo combate, que durou 10 horas, a uma distancia que chegou a ser de 50 metros, revela um moral e uma instrução de tiro e de aproveitamento de abrigos que fariam honra ás melhores tropas brancas. Esse adversario teve quem bem o armasse e instruisse, bem o sei, mas só com uma tempera verdadeiramente guerreira, entregue a si proprio, se manteria como se manteve até à Mongua, onde a nossa offensiva quási que só se pôde efectuar no campo estrategico, pertencendo ao inimigo a do campo tatico. E ainda depois de batido terrivelmente no combate do dia 20 de Agosto teve o moral preciso para encobrir a sua derrota, evitando as apresentações e só revelando o seu verdadeiro estado quando nos viu depois avançar sobre a Ngiva.

Resta-me agora referir-me à forma como procederam as tropas do meu comando e propôr as recompensas.

Todas as unidades cumpriram o seu dever por forma a justificar o grande orgulho que sinto em tê-las comandado, porem julgo merecedor de especial menção o batalhão de marinha. Esta unidade mostrou sempre a maior correcção, a nitida compreensão dos seus deveres civicos e militares, tanto no periodo que antecedeu as operações como durante as operações.

Foi sem o menor exagero uma unidade de élite, cuja tempera fica definida dizendo que foi a mais resistente nas marchas, a mais esforçada nos combates, e durante os quatro dias em que, na Mongua, estivemos reduzidos a um quarto de ração, as suas sentinelas chegaram a cair de fraqueza nos respectivos postos, sendo imediatamente rendidas sem que disso o comando superior tivesse conhecimento, pois essa unidade sabia bem que esse comando nada podia fazer que modificasse de pronto a situação.



NOTA. — Transcrevo sem um unico comentario o que publicava o jornal *O Seculo* de 8 de março de 1916.

## No Sul de Angola

### A intervenção das autoridades inglesas na rebelião dos cuanhamas

E' por demais sabido que a occupação da Damaralandia pelas tropas do general Botha fez mudar por completo a situação no sul da provincia de Angola, por terminar, assim, o perigo da acção alemã no estado de rebelião das diferentes tribus indigenas, a cuja submissão eram destinadas as forças expedicionarias do exercito enviadas áquella colonia.

Mas o que ninguem conhece é que o soba rebelde cuanhama Mandume pretendeu acolher-se á protecção das autoridades inglesas, a quem se queixou de pretensões violencias por nós exercidas, e as resoluções a tal respeito tomadas pelo major inglês Pritchard, funcionario encarregado dos negocios indigenas do protectorado do Sudoeste.

Ninguem conhece, e não admira que assim seja, porque, em geral, os relatorios officiaes, ou dormem o sono dos justos nos arquivos das secretarias, ou, se chegam a vir a publico, é já tão tarde que perdem todo o valor e importancia.

Pois bem. Nós, os maiores interessados, vamos ter conhecimento do que se passou, e da correspondencia sobre o assunto trocada entre o major Pritchard e o general sr. Pereira de Eça, pelo proprio relatorio daquele official inglês, que acaba de ter larga distribuição na União Sul-Africana!

Compare-se a diferença de processos de administração. Cá, o maior sigilo; tudo é confidencial; lá, a maior luz e franqueza.

Mas, feitos estes necessarios reparos, diremos, que, logo, immediatamente, á occupação do sudoeste alemão, hoje denominado "Bothland", em homenagem ao general Botha, fez o major Pritchard uma viagem ao país dos Ovamos, do regulo Martin, cujos territorios confinam com o sul da nossa provincia de Angola.

Terminada a viagem, aquele official elaborou o seu relatorio, o qual foi agora publicado, em *Livro azul* pelo governo da União.

## **O major Pritchard conferencia na fronteira com o regulo cuanhama Mandume**

Grande parte do relatório relaciona-se com acontecimentos ocorridos em território português, na fronteira, pois foi precisamente na altura em que o major Pritchard estava de visita ao regulo Martin, que as nossas tropas atacaram e derrotaram completamente o soba rebelde Mandume. Logo á chegada da missão inglesa, começaram a ser recebidas do território português informações de graves ocorrências. O chefe Martin assustou-se, receoso de que, derrotado o soba Mandume, este, com os seus restantes guerreiros, invadissem as terras dos Ovamos e levassem a toda a parte, com a crueldade que era traço característico da conduta do Mandume, a morte e a desolação. A este respeito, a estada fortuita do major Pritchard no país parece ter sido um precioso auxiliar para os ovamos, pois em mais de uma ocasião o commissario inglês teve de falar com energia a Mandume.

O major Pritchard relata que, a fim de socegar os espiritos alarmados dos ovamos e acedendo aos rogos instantes do soba rebelde, que se dizia muito maltratado pelos portugueses, resolveu ir encontrar-se com Mandume na fronteira, onde efectivamente se efectuou a entrevista, que é minuciosamente contada no relatório. O regulo Martin tinha posto o major Pritchard de sobreaviso, com respeito aos actos de crueldade do Mandume, de modo que, depois de ouvir a longa exposição do soba, o commissario inglês não se deu por convencido com as suas queixas contra os portugueses, mas disse-lhe que os actos de insubordinação por ele praticados tinham sido, em grande parte, a causa da punição que acabava de lhe ser infligida.

O major Pritchard prometeu, comtudo, comunicar com as autoridades portuguesas, parecendo ter sido seu intento desempenhar o papel de intermediario.

Na conformidade da sua promessa, o major Pritchard dirigiu a seguinte carta ao comandante em chefe das tropas portuguesas em Angola :

„Namakundo: Ovamboland—30 de Agosto de 1915.—Foi com pesar que soube, na ocasião em que me encontrava numa visita official a Ovamboland, ter rebentado a guerra entre as tropas portuguesas em Angola e a tribu Ovakuanyama da nação ovambo.

„A este respeito tenho a honra de vos informar que Mandume, chefe dos ovakuanyamas, tendo tido conhecimento da minha presença neste país, se me dirigiu a pedir conselho e auxilio de maneira a lhe permitir que cessem as hostilidades entre ele e as forças sob o vosso comando.

“Sabeis sem duvida que a linha fronteira entre Angola e o protectorado inglés do sudueste de Africa atravessa o país occupado pelos ovakuanias de maneira que uma grande proporção — pelo menos metade — daquela tribu vive do lado sul da fronteira, em territorio inglés.

“Consta-me que muitos destes ultimos indigenas foram chamados por Mandume em seu auxilio, atravessaram a fronteira e estão presentemente tomando parte nas hostilidades.

“E’ esta ultima consideração, conjuntamente com o desejo muito sincero de prestar todo o auxilio possivel em assegurar, o mais rapidamente possivel, a terminação das hostilidades, evitando-se assim o derramamento de mais sangue, que me leva a pôr, para este fim, os meus serviços á vossa disposição e á disposição de Mandume.”

“No caso de estardes disposto, nestas circumstancias, a aceitar esta proposta, terei muito prazer em me encontrar comvosco onde vos fôr mais conveniente a fim de que o assunto possa ser por nós discutido.”

### **A resposta do general sr. Pereira do Eça não aceitando o oferecimento do major inglés**

A esta comunicação respondeu o general sr. Pereira de Eça, nos seguintes termos, segundo a tradução do seu officio apensa ao relatório :

“Tenho a honra de acusar a receção do officio de v. ex.<sup>a</sup> de 30 do corrente. Devo em primeiro lugar manifestar a v. ex.<sup>a</sup> os meus profundos agradecimentos pelos amaveis sentimentos expressos por v. ex.<sup>a</sup>, sentimentos estes que não me suprehenderam, vindo dum distincto official do exercito inglés. o antigo aliado daquele a que eu tenho a honra de pertencer; mas permita-me v. ex.<sup>a</sup> que eu leve ao seu presado conhecimento um pequeno erro com referencia á sua amavel proposta.

Não ha questão de hostilidades entre as forças do meu comando e as do chefe da nação ovambo, mas sim o facto de que as forças do meu comando quando atravessavam territorio que era indubitavelmente portuguez foram atacadas por gente que tem como seu chefe o soba Mandume.

A questão é, portanto, de pura rebelião, questão que tem de ser tratada como todos os Estados soberanos tratam taes actos. Posso assegurar a v. ex.<sup>a</sup> que as tropas do meu comando terão o maximo cuidado em não empreender operações militares senão em territorio que seja indubitavelmente portuguez e em todo o seu proceder terão sempre em mente de maneira proeminente que os nossos

actuaes vizinhos na Damaralandia pertencem a uma nação pela qual Portugal professa a mais alta estima e amizade desde os tempos mais reinotos. Acampamento de Mongua, 31 de agosto de 1915.

### **O soba Mandume refugia-se no territorio inglês, a cujas autoridades presta o devido preito**

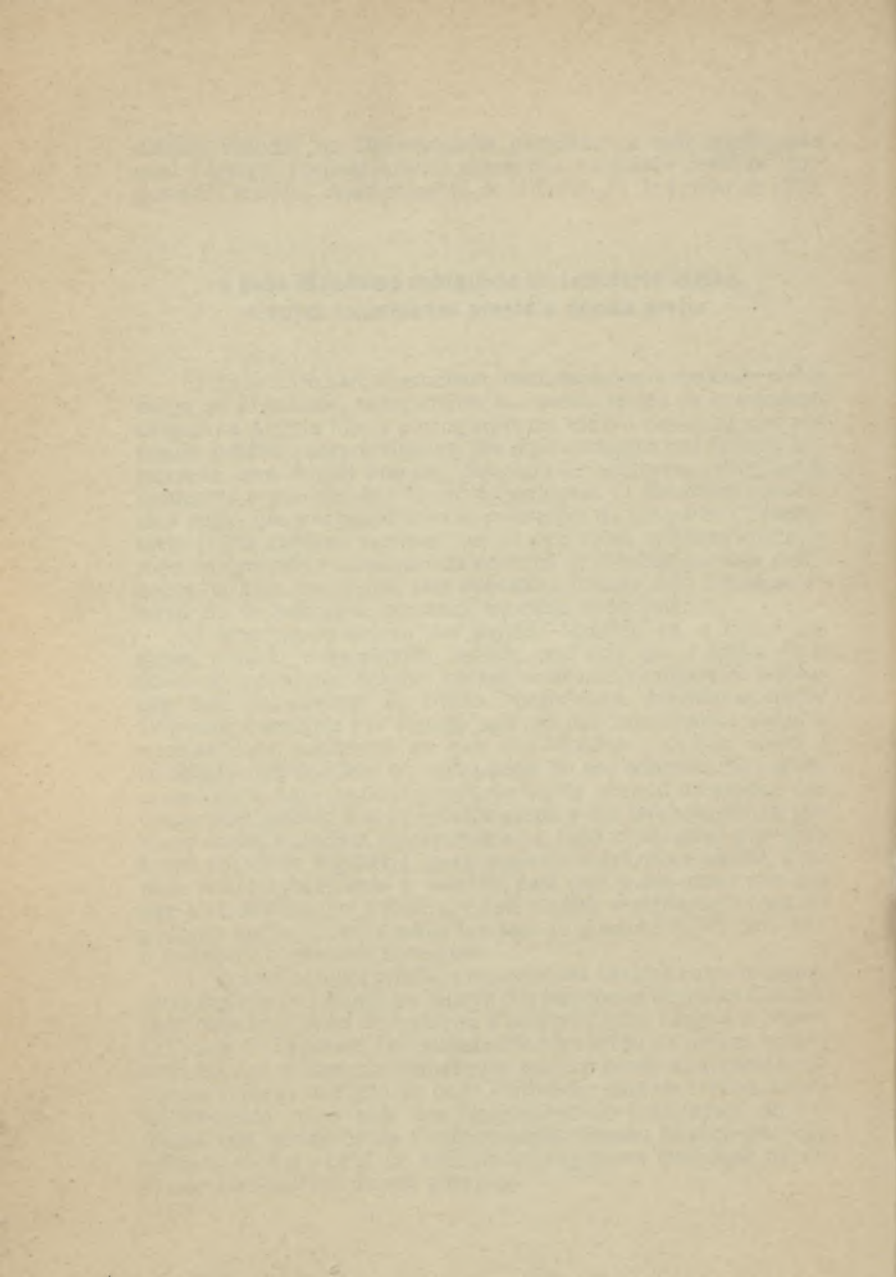
O major Pritchard comunicou immediatamente o conteudo d'este officio ao Mandume, advertindo-o ao mesmo tempo de que tinham chegado a Angola forças portuguezas em efetivo elevado e que era tempo perdido, para indigenas, por mais corajosos que fossem, bateram-se com tropas brancas, dispondo de artilharia, espingardas modernas e grande abundancia de munições. O Mandume concordou então que era inutil toda a resistencia da sua parte. O commissario inglês explicou tambem que as operações militares contra o soba tinham sido a consequencia de actos de rebelião por este praticados, e, bem assim, que taes operações tinham sido limitadas ao territorio de Angola, e, portanto, em nada podia intervir.

O Mandume resolveu em seguida transferir-se, a si e á sua gente, para a Damaralandia, decisão esta com que o major Pritchard se conformou, ficando, porém, o assunto pendente da resolução final do governo da União. Numa carta dirigida ao major Pritchard e escripta em alemão por um dos missionarios daquela nacionalidade, residentes no país do Mandume, e que, como o commissario inglês conta em outra parte do seu relatório, foram dos primeiros a fugir para o territorio inglês quando do avanço das tropas portuguezas, o soba rebelde presta a sua homenagem ao governo inglês e declara entregar-se a si, todo o seu povo e as suas terras ao rei de Inglaterra, para que este o defenda e auxilie. Promete tambem fazer todo o possivel para que o seu povo viva em paz e se dedique ao trabalho, e que seriam respeitadas as leis do governo inglês. O soba pedia tambem ao governo inglês para não o entregar ao governo portuguez.

O relatório conta ainda as negociações havidas entre o commissario inglês e o comandante militar dos territorios do Baixo Cunene, com respeito á linha de fronteira a observar entre Angola e o protectorado do Sudoeste. Foi estabelecido um acôrdo de ordem temporaria em que se designa Namakunde como o ponto atravessado por aquela linha na direcção do oeste verdadeiro para leste. Namakunde foi escolhido como séde dos funcionarios do protectorado do Sudoeste nos territorios da Ovambolandia, ficando estabelecido que residiria ali um official do exercito portuguez na qualidade de representante politico do seu governo.









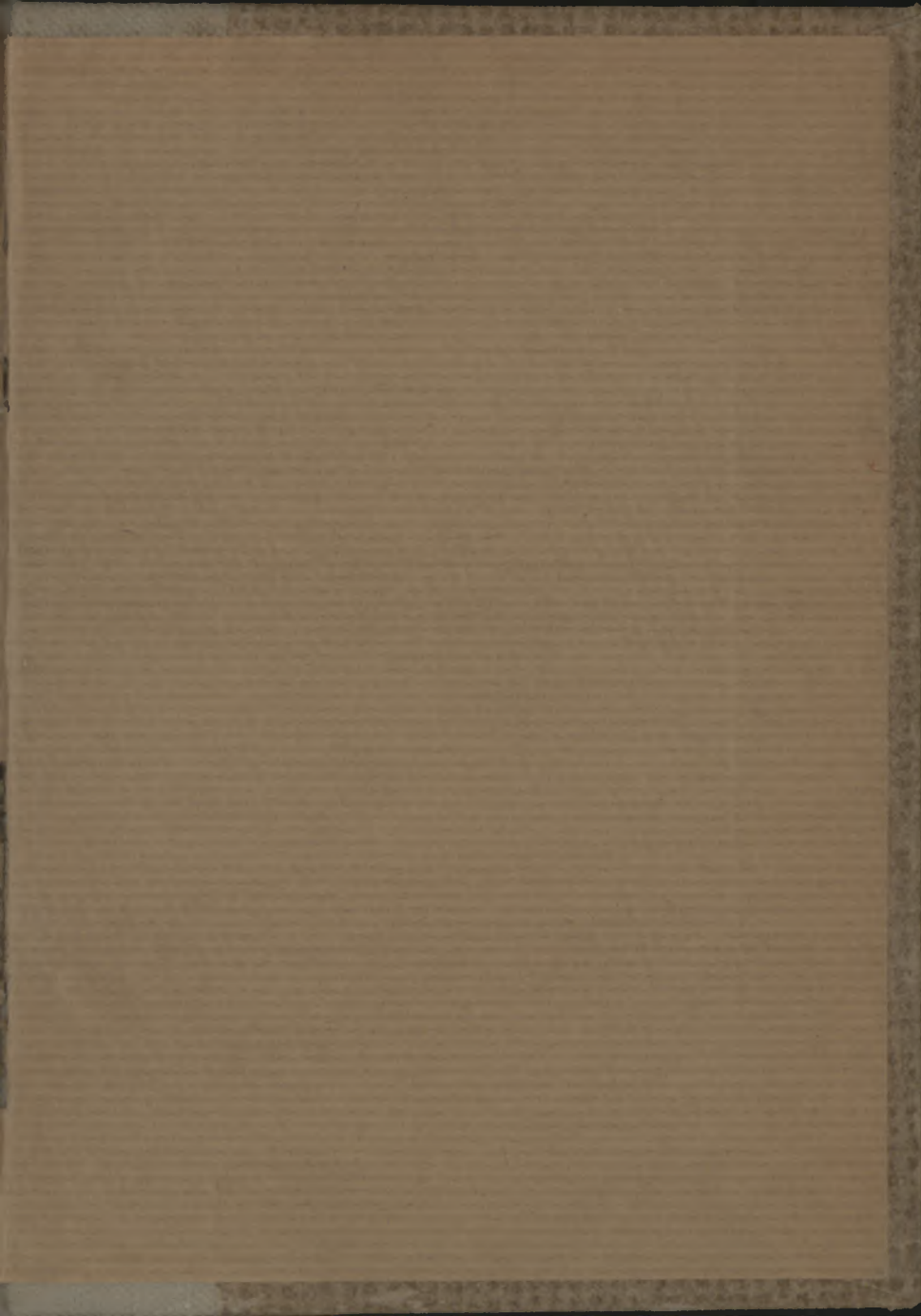
LVSITANIA



*Handwritten signature or mark.*







NB



#EFG0000366475#

20